

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES  
PÚBLICAS**

**ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E  
HUMANAS:UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
MARIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Elaide Teresinha Hundertmarck Minato**

Santa Maria, RS, Brasil

2014

# **ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

por

**Elaide Teresinha Hundertmarck Minato**

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Linha de Pesquisa em Sistemas de Gestão e Estruturas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas.**

**Orientador: Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Júnior**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e humanas  
Programa de Pós-Graduação em Administração**

**Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
Aprova a Dissertação de Mestrado**

**ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E  
HUMANAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
MARIA**

elaborada por

**Elaide Teresinha Hundertmarck Minato**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Gestão de Organizações Públicas**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Vitor Francisco Schuch Júnior, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Maria Teresa Aquino de Campos Velho, Dra. (UFSM)**

**Lucia Rejane da Rosa Gama Madruga, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, 30 de Junho de 2014.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Zé, meu esposo e amor da minha vida, em especial, por ter sido o meu principal incentivador na minha trajetória acadêmica, da graduação ao mestrado, principalmente no que concerne à superação do cansaço compartilhando comigo noites e noites de leitura.

E dizer que valeu a pena, pois: Aprender juntos, rir juntos, caminhar juntos, decidir juntos, chorar juntos, compartilhar tudo, tudo mesmo, não se anular para viver a vida do outro, e sim, fazer da vida dos dois, uma só vida. Este é o segredo da nossa felicidade e sucesso. Hoje tenho certeza que meu melhor amigo acorda comigo todas as manhãs.

*Dalila Ferreira*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela fé, coragem, perseverança que me permitiram lutar e acreditar sempre na realização de meus sonhos, inclusive nos momentos mais difíceis da realização deste trabalho.

Agradeço a minha família, Zé meu esposo, Lauren, Luana e Leandro meus filhos, Filipe, Willian meus genros e Dandara minha nora, pelo apoio, por entender os momentos de ausência e ter acreditado nos meus sonhos.

Ao meu pai (in memoriam) e a minha mãe, Maria Anita, por terem me dado à vida e, me educado a luz da sabedoria, conhecimento e humildade, ensinando-me a amar e respeitar a todos igualmente, minha eterna gratidão e carinho e por compreender minha ausência nesses últimos meses.

Em especial aos meus sobrinhos netos, Bruno, (afilhado) e Guilherme, meu carinho e gratidão, pela alegria proporcionada que serviram de incentivo nos diversos momentos de convívio.

A toda a minha família, meus irmãos, em especial à minha irmã Maria Elaine, por ter me incentivado na escolha da profissão como servidora pública.

Aos professores do PPGA/UFSM pelos ensinamentos recebidos em especial meu orientador Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Jr, pela dedicação, paciência e por compartilhar sua experiência no desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de fazer parte de sua história, tanto como estudante quanto como profissional.

Aos colegas Cristian Lovatto e Marlei e, em especial a Maria de Lourdes Severo Régio (Bia), pelo incentivo e também pela valiosa contribuição na construção do banco de dados no *Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*.

Aos colegas de trabalho que estiveram ao meu lado, pela coragem transmitida, pelo incentivo, contribuições e carinho.

Aos bolsistas do Comitê de Ética em Pesquisa Adinan, Daniela, Jaisson e Junior pelo apoio, amizade e carinho e pela compreensão da minha ausência.

A todos os amigos que estiveram ao meu lado pelo incentivo e apoio em todos os momentos.

E, por fim, agradeço aos colegas do mestrado pela convivência e amizade, aprendizado, alegrias e de muita diversão. Todos os momentos vividos juntos ficarão em minha memória e levarei todos para sempre em meu coração.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

*Paulo Freire*

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

Autora: Elaide Teresinha Hundertmarck Minato

Orientador: Vitor Francisco Schuch Júnior

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de junho de 2014.

No mundo pós-moderno globalizado, marcado por profundos contrastes decorrentes notadamente do grau de respeito à dignidade das pessoas, nos diferentes espaços os quais habitam, é sintomática, especialmente nas sociedades democráticas, uma contínua elevação do grau de exigências voltadas à proteção dos participantes na condução das pesquisas em todas as áreas do conhecimento que envolva seres humanos. Sob este olhar, a ética em pesquisa é concebida como um novo campo do conhecimento interligando diferentes saberes. Neste contexto o presente estudo teve como objetivo principal, estudar a concepção dos docentes pesquisadores da área das Ciências Sociais e Humanas da UFSM sobre ética em pesquisa. Constatou-se de uma pesquisa exploratória, com enfoque quantitativo, utilizando-se de um questionário para o levantamento descritivo quantitativo de opiniões de pesquisadores sobre os aspectos éticos na área das ciências sociais e humanas. Abrangeria um total de 143 docentes pesquisadores, os quais atuam nos 13 programas de Pós-Graduação da área do CESH, envolvendo variáveis relacionadas aos seguintes construtos: Perfil dos pesquisadores; Concepção sobre Ética em Pesquisa com Seres Humanos; Concepção sobre a necessidade de aprovação do CEP na área do CESH; Interesse e facilidade na busca de informações sobre Ética em Pesquisa. Obteve-se um índice de retorno de 32,5 %, entre os resultados obtidos, destaca-se um predomínio de pesquisadores, que não demonstram uma clara concepção em relação à ética em pesquisa. Evidenciou-se também, que a maioria dos participantes entende que a submissão ao CEP é opcional para os projetos da área das ciências sociais e humanas. Percebe-se ainda, que uma parcela significativa dos respondentes nunca teve interesse em buscar informações sobre ética em pesquisa, dando a entender que a concepção sobre o tema, entre os pesquisadores da área é limitada, originando desta forma, uma lacuna que exigirá um árduo trabalho no sentido de divulgar, provocar e fomentar discussões sobre as questões éticas, o que certamente irá contribuir para uma efetiva conscientização e instrumentalização dos preceitos éticos nas pesquisas que envolvem seres humanos nesta área.

**Palavras Chaves:** Ética em Pesquisa; Comitê de Ética; Aspectos Éticos.

## **ABSTRACT**

Master's Thesis  
Graduate Program in Public Administration  
Federal University of Santa Maria

### **RESEARCH ETHICS IN THE FIELD OF SOCIAL SCIENCES AND HUMANITIES: A STUDY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA**

**AUTHOR: ELAIDE TERESINHA HUNDERTMARCK MINATO**

**ADVISOR: VITOR FRANCISCO SCHUCH JÚNIOR**

**Date and Place of Defense: June 2014, Santa Maria.**

The globalized postmodern world is marked by sharp contrasts arising notably in respect of people's dignity indifferent of the places they inhabit. A continuous increase in the level of requirements aiming at protecting participants in the conduct of research in all fields of knowledge involving human beings is symptomatic, especially in democratic societies. From this viewpoint, research ethics is conceived as a new field of knowledge linking different insights. The objective of this study was to study the concepts of professor researchers in the field of social sciences and humanities at Federal University of Santa Maria (UFSM) on research ethics. The research consisted of an exploratory study with quantitative approach, using a questionnaire in order to obtain the quantitative descriptive survey of opinions of researchers about ethical issues in social sciences and humanities. Our research covered a total of 143 faculty researchers working in 13 different graduating programs at the Center of Social Sciences and Humanities (CCSH) area, involving variables related to the following constructs: Profile of the researchers; Conception regarding Ethics on Human Research; Conception on the need for approval of the Ethics and Research Committee (CEP) in CCSH area; Interest and ease in seeking information regarding Research Ethics. A return rate of 32.5% was obtained in-between results, and a predominance of researchers who do not show a clear conception regarding the ethics in this type of research was observed. It was also evident that most of the participants understood that the submission of projects to the CEP is optional in the field of social sciences and humanities. We have also observed that a significant portion of respondents have never had any interest in seeking information on research ethics, implying that the conception of the subject among researchers is limited; yielding thus a gap that may require hard work to promote, provoke and foment discussion on ethical issues. This discussion may contribute to an effective raising of awareness taking advantage of ethical principles in research involving humans in this area.

**Key words:** Ethics in Research; Ethics Committee; Ethical Aspects



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumento de coleta de dados .....	52
Quadro 2 - Agrupamento e/ou Reagrupamento das Questões .....	53

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Programas de Pós-Graduação .....	50
Figura 2 - Concepção sobre ética em pesquisa. ....	59
Figura 3 - Necessidade de aprovação do CEP na área .....	60
Figura 4 - Concepção sobre ética em Pesquisa - Faixa etária .....	66
Figura 5 - Concepção – Tempo de pesquisa.....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados pessoais.....	55
Tabela 2 – Dados funcionais.....	56
Tabela 3 - Atividade com Pesquisa .....	57
Tabela 4 - Alunos envolvidos em projetos.....	57
Tabela 5 - Docentes envolvidos em pesquisa.....	58
Tabela 6 - Interesse e facilidade na busca de informações. ....	61
Tabela 7 - Conhecimento sobre Comitê de ética .....	62
Tabela 8 - Conhecimento sobre a Plataforma Brasil .....	65
Tabela 9 – Bolsista de Produtividade X Pesquisa Financiada.....	67
Tabela 10 - Conhecimentos - Faixa Etária .....	69
Tabela 11 - Conhecimentos - Tempo de Pesquisa .....	70
Tabela 12 - Conhecimentos - Pesquisa Financiada X Bolsista Produtividade .....	72
Tabela 13 - Plataforma Brasil - Faixa Etária.....	73
Tabela 14 - Plataforma Brasil - Tempo de Pesquisa .....	74
Tabela 15 - Plataforma Brasil - Pesquisa Financiada X Bolsista Produtividade .....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPECAN	Associação de Apoio a Pessoas com Câncer
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSH	Centro de Ciências Sociais e Humanas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIOMS	Council for International Organizations of Medical Sciences (Conselho das Organizações Internacionais de Ciências Médicas)
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
GAP	Gabinete de Projetos
HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
SISNEP	Sistema Nacional de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional da Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CT	Centro de Tecnologia
CTISM	Colégio Industrial de Santa Maria
OMS	Organização Mundial da Saúde
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFRA	Centro Universitário Franciscano
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SIE	Sistema de Informação para o Ensino
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
PB	Plataforma Brasil

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
1.1 Problema de Pesquisa .....	15
1.2 Objetivos .....	16
1.2.1 Objetivo geral .....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Estrutura do Trabalho.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	19
2.1 Ciência e conhecimento .....	19
2.2 Definições de ética .....	23
2.3 História da Ética .....	25
2.4 Origem e definição da bioética .....	35
2.5 Ética em Pesquisa.....	37
2.6 Comitê de Ética em Pesquisa .....	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
3.1 Delineamento da Pesquisa.....	49
3.2 População e sujeitos de pesquisa .....	49
3.3 Coleta e análise de dados .....	51
3.4 Aspectos éticos .....	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	55
4.1 Perfil dos Pesquisadores.....	55
4.2 Concepções sobre Ética em Pesquisa .....	59
4.3 Conhecimento sobre Comitê de Ética .....	62
4.4 Plataforma Brasil .....	64
4.5 Cruzamento de Concepções, Conhecimentos e Plataforma Brasil com dados de perfil dos respondentes. ....	66
4.5.1. Concepção sobre ética em pesquisa.....	66
4.5.4 Plataforma Brasil .....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICES.....	83

APÊNDICE A –Termo de Confidencialidade .....	84
APÊNDICE B - Justificativa para a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	85
APÊNDICE C - Justificativa para a Dispensa da Autorização Institucional .....	86
APÊNDICE D – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética da UFSM.....	87
APÊNDICE E – Modelo de Questionário aplicado .....	90

# 1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, o conhecimento é difundido tão velozmente que é capaz de alcançar os mais variados setores da sociedade global de forma quase que instantânea. À frente dessa fonte de informações e conhecimentos está a ciência. O significado social e cultural da ciência como atividade humana está inserida em uma sociedade condicionada e possuidora de uma história e de tradições que comporta vários conjuntos de saberes e que elabora suas teorias baseadas nos seus próprios métodos científicos.

A ciência está intimamente ligada com a área da tecnologia, porque os grandes avanços são alcançados através do desenvolvimento de novas ideias e do aprimoramento daquelas já existentes. Aliada a isso está a pesquisa, que pode ser compreendida como um processo sistemático de construção do conhecimento, que tem como metas principais gerar novos saberes, ou ainda, corroborar ou refutar alguns conceitos pré-existentes.

Para a descoberta de novos conhecimentos, busca-se um conjunto de ações e informações advindas das variadas áreas do saber. No meio acadêmico, a pesquisa é um dos pilares da atividade universitária em que os pesquisadores têm como objetivo criar, através da pesquisa, ambientes propícios à formulação de novas ideias, contribuindo desta forma, para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social.

É necessário ressaltar, entretanto, que esse avanço, por meio da pesquisa científica provocou na sociedade em geral a preocupação com a ética nos métodos utilizados para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos. Neste sentido, torna-se necessário aprofundar a reflexão sobre as relações entre ética e o fazer da pesquisa e, que o pesquisador deve assegurar que a reflexão sobre os aspectos éticos estejam inseridos na sua trajetória, focando esse fazer nas práticas da pesquisa social.

A partir desta reflexão podem ser elencadas as principais relações entre ciência e ética, as quais merecem ser destacadas como parâmetros para um inalienável direito dos seres humanos, o da pluralidade, ou seja: “a ninguém deve ser negado o direito de debater hábitos, costumes e práticas sociais, mas a ninguém deve ser dada a possibilidade de utilizar-se deste para atacá-los e/ou suprimi-los”

(MOREIRA, 2013). A ética em sua gênese é alicerçada no ideal grego da justa medida e, na sensatez do agir (CENCI, 2002). Para o autor, o conceito de justa medida é a busca do ordenamento das ações do ser humano, ou seja, que os benefícios não sejam privilégio de alguns, mas sim, que contemplem de forma harmoniosa a todos. Nas palavras do autor “se a pesquisa envolve pesquisadores e participantes é importante que a ética conduza as ações de pesquisa, de modo que a investigação não traga prejuízo para nenhuma das partes envolvidas”.

Nesta perspectiva é imprescindível a avaliação do projeto de pesquisa por uma terceira parte, independente, considerando-se os princípios éticos minimamente consensuais. Sendo assim, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a garantia de proteção aos participantes, dos estudos de possíveis danos, preservando seus direitos e assegurando à sociedade que a pesquisa será realizada de forma eticamente correta.

Assim, torna-se cada vez mais relevante a presença do CEP que tem por finalidade desempenhar um papel central nas instituições onde se desenvolvem as pesquisas evitando que pesquisadores e patrocinadores sejam os únicos a julgarem se os seus projetos estão de acordo com as exigências vigentes.

### **1.1 Problema de Pesquisa**

O estudo tem como pressuposto apresentar a importância da submissão dos projetos de pesquisa ao CEP, o qual é responsável pela análise e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas que envolvem seres humanos. Trata-se de garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas.

Neste contexto, reconhecer o CEP que é um colegiado interdisciplinar e independente responsável por regular a elaboração e a prática de pesquisas científicas, torna-se fundamental para acompanhar o crescente desenvolvimento relacionado à pesquisa na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Com base no exposto, considerando que a ética é essencial no processo de implantação da pesquisa, apresenta-se o problema do estudo que consiste na seguinte questão: Qual é a concepção dos pesquisadores (docentes) da área das Ciências Sociais e Humanas da UFSM quanto aos aspectos éticos que devem estar contemplados na pesquisa?



## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Estudar a concepção dos docentes pesquisadores da área das Ciências Sociais e Humanas da UFSM sobre ética em pesquisa.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Identificar o perfil dos pesquisadores;
- b) Identificar a concepção dos docentes pesquisadores, da área, sobre Ética em Pesquisa com Seres Humanos;
- c) Identificar o conhecimento dos docentes pesquisadores, da área, sobre as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição e sobre a Plataforma Brasil;
- d) Verificar como as concepções e conhecimentos se relacionam com o perfil do docente pesquisador da área;
- e) Buscar subsídios para um programa institucional de divulgação e conscientização sobre Ética em Pesquisa e promover reflexão sobre as responsabilidades do pesquisador e exigências do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição.

## **1.3 Justificativa**

A proposta deste estudo tem relevância teórica e empírica devido ao desconhecimento de boa parte da comunidade acadêmica, quanto à importância da submissão dos projetos de pesquisa ao CEP da UFSM, o qual é responsável pela análise e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas que envolvem seres humanos de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Também por perceber que uma parcela significativa dos pesquisadores desconhece ou pouco conhecem a Resolução n.º 466/12, (BRASIL, 2012), do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Acredita-se que esta situação possa estar relacionada à falta de divulgação em nível

institucional sobre o papel do Comitê, que vai além do caráter consultivo e educativo, o qual visa fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, tendo como função revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos e emitir parecer consubstanciado por escrito, no prazo máximo de trinta dias.

Além disso, o CEP está estruturado para manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa, acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios parciais e finais, bem como, aspectos relacionados à nova sistemática de submissão de projetos de pesquisa através da Plataforma Brasil, ferramenta esta, implementada a partir de janeiro de 2012, como sistema oficial que veio contribuir para um efetivo controle da sociedade, pois permite agilizar os trâmites sem prejuízo da qualidade da análise ética. Desta forma, pretende-se demonstrar que este é um processo complexo, mas necessário, e que os questionamentos éticos que acompanham as diferentes etapas da pesquisa que envolve seres humanos devem ser monitorados por um debate ampliado que permita a inclusão da diversidade e das particularidades de diferentes áreas do conhecimento.

Considerando que os resultados das pesquisas devem ser incorporados às práticas de saúde e às políticas públicas, assim como as demais áreas, a preocupação com a ética deve ser foco de intensa reflexão para que tais resultados possam se tornar rapidamente acessíveis a todas as pessoas que necessitam. Com esse propósito busca-se uma concepção mais ampliada de ética em pesquisa que possibilite ser o marco norteador do desenvolvimento da prática científica no âmbito desta instituição.

Neste sentido, torna-se essencial reconhecer a percepção dos docentes quanto à importância dos aspectos éticos na área das Ciências Sociais e Humanas e, ainda, identificar em que perspectivas o CEP pode auxiliar no trabalho dos pesquisadores a fim de que possa ser acompanhado o crescente desenvolvimento relacionado com a pesquisa na UFSM.

## 1.4 Estrutura do Trabalho

Visando alcançar os objetivos da pesquisa, o presente estudo apresenta-se em cinco itens: O primeiro item contempla a introdução, o problema de pesquisa, os objetivos, geral e específico e a justificativa para a realização deste estudo.

No segundo item, apresenta-se o referencial teórico relacionado ao tema abordado, e está dividido em seis seções: a primeira aborda o tema ciência e conhecimento, a segunda parte definições de ética, a terceira história da ética, a quarta seção origem e definição da bioética, a quinta parte ética em pesquisa e por fim comitê de ética em pesquisa.

O terceiro item descreve-se os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do presente estudo. Desse modo, é abordado o tipo de pesquisa, os sujeitos da pesquisa, o modelo da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, a análise dos dados e aspectos éticos.

No quarto capítulo, são descritos os resultados da pesquisa e, por fim, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Ciência e conhecimento

Para Moreira (2013), ao entendermos ciência como uma das “explicações de mundo”, devemos ressaltar não ser esta a única nem tampouco a mais importante fonte na qual o ser humano buscou, busca e, certamente seguirá buscando incessantemente, repostas e soluções para às infinitas indagações e desafios inerentes ao complexo e instigante processo evolutivo no qual está inserido. Desta forma, segundo o autor, a adoção do termo “ciências” o qual, sendo mais abrangente e representar pluralidade, retrata de maneira mais fidedigna as inúmeras posturas e teorias adotadas/formuladas, no intento de alcançar hegemonia entre as demais “explicações”.

A adoção deste termo, segundo Gil (2008), ganha espaço devido à compreensão de que a terminologia “ciência” denota um sentido monolítico e absoluto, não sendo permeável tão pouco sensível às demais correntes, tais como, a religião, a arte, a filosofia e o senso comum entre outras, detentoras de extrema importância e representatividade. Contudo, a retrospectiva histórica demonstra de forma incontestável, que na busca de supremacia explicativa, estas quatro formas de “explicar o mundo” estiveram em momentos e arranjos alternados, como alinhadas ou em lados opostos no sentido de fortalecimento das convicções e posições assumidas. Desta alternância entre aproximações e afastamentos, verifica-se na disputa por hegemonia, aparente, mas superficial, uma permanente e profícua interação entre as correntes envolvidas.

Ainda segundo Gil (2008), existem inúmeros elementos que poderiam ser arrolados como diferenciais entre às diversas “explicações do mundo”. Neste enfoque, sem a intenção de diminuir a importância dos demais, elegeu-se a Metodologia como sendo uma etapa indispensável ao fazer “ciências”, o objeto de análise nessa exposição. Esta etapa, não está necessariamente presente nas demais explicações de mundo, anteriormente citadas.

Para Moreira (2013), admite-se, didaticamente a existência de duas grandes correntes científicas, a “ciência dura” ou natural e, a “ciência leve” ou social e humana. As ciências sociais despertaram ceticismo e ainda hoje muitos cientistas naturais mantem-se céticos quanto à cientificidade das mesmas, por carecerem de

episteme científica, pois na realidade, se trata de estudos sobre humanos, seres da mesma espécie, o que de certa forma tornaria inviável alcançar o princípio básico da ciência, a neutralidade. (MOREIRA, 2013).

Para Minayo (2008), a reação das ciências sociais tem início com o positivismo, primeira escola do pensamento sociológico, ao afirmar ser possível sim aplicar em seus estudos a mesma metodologia das ciências naturais, obtendo desta forma a possibilidade epistemológica dos estudos da sociedade e conseqüentemente a neutralidade exigida. A divergência entre correntes internas vem à tona quando a escola do pensamento conhecida como sociologia do conhecimento defende, de maneira ainda mais contundente, que as ciências sociais possuem episteme própria que lhes confere cientificidade, não necessitando reproduzir os métodos da ciência natural.

É neste ambiente caracterizado pelo intenso embate de ideias e concepções na busca pela hegemonia explicativa, em um contexto onde o contraditório estimula a pesquisa voltada a decifrar enigmas, criar e/ou aperfeiçoar o já existente, que a ciência cresce e se fortalece sustentada pelos pilares fundamentais (método e metodologia), que por sinal a distinguem das demais explicações. Entretanto, deve-se salientar que método e metodologia, só serão validados como sendo etapas do processo científico se revestido de caráter ético (MASETTO, 2006).

Para os autores, Minayo e Gil (2008) e Moreira (2013) ao “fazer ciências”, o pesquisador é instado obrigatoriamente a definir previamente os rumos, os caminhos através dos quais pretendem alcançar os objetivos inicialmente traçados. Ainda, segundo os autores, o pesquisador está optando pelo método mais adequado para produzir explicações, de acordo com a realidade na qual está inserida sua pesquisa. Conforme o processo de aplicação do método elaborado avança, surgem, de maneira natural, inquietações e questionamentos, os quais exigem permanente e minuciosa avaliação em relação à eficiência e a eficácia dos critérios adotados com a finalidade de aprimorar ou, em situações extremas, repensar a maneira de extrair, com o máximo de fidelidade possível, dados essenciais que farão transparecer seriedade e credibilidade aos resultados obtidos. Esta etapa onde o pesquisador com serenidade sobre o método permite que o “fazer ciência” abra espaço para o debate democrático, onde afloram às opiniões antagônicas. Esta reflexão concebida como metodologia é essencial nesta busca incessante por melhores e mais confiáveis “explicações do mundo”, às quais certamente poderão servir de parâmetro

colaborando de maneira efetiva na construção de uma sociedade mais fraterna, onde o respeito e a dignidade não sejam privilégios de determinada espécie ou classe social (MINAYO, 2004).

As pesquisas, notadamente na área das ciências sociais, exigem dos pesquisadores uma permanente interação com os sujeitos e/ou população objeto de estudo. Isto se manifesta com maior intensidade nos casos em que as informações necessárias ao desenvolvimento das mesmas, são obtidas através do trabalho de campo, o pesquisador necessariamente tem de envolver-se no cotidiano das pessoas que interagem no espaço delimitado previamente, com o propósito de coletar dados que representem, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o universo no qual os atores sociais interagem continuamente. Quando da aplicação desta técnica, às possíveis alterações no campo da pesquisa e, na rotina dos sujeitos envolvidos na mesma, devem, necessariamente sensibilizar o autor na fase de análise das informações obtidas (RICHARDSON, 2007).

É de vital importância para o alcance dos objetivos propostos, que o pesquisador tenha plena consciência e capacidade, para, se necessário, filtrar os dados de maneira mais desprovida, possível da influência dos sentimentos, emoções e subjetividades aos quais, tanto ele quanto os participantes da pesquisa enquanto humanos estarão sujeitos. Diferentemente da técnica de levantamento de dados através de fontes primárias e, de acordo com a escola de pensamento que o pesquisador se identifica, esta etapa extremamente importante para o desenvolvimento da pesquisa, pode ser executada, utilizando-se apenas às fontes secundária, isto é, aquelas contidas em registros já existentes, tais como banco de dados, livros, atas, boletins de ocorrência, censos, estatísticas, prontuários médicos, textos digitais, vídeos ou documentos em geral (GIL, 2008).

A expressão secundária não está relacionada ao grau de importância nem tampouco a qualidade das informações obtidas, mas sim, por terem sido, metodologicamente ou não, submetidas aos processos de compilação e sistematização por outros atores sociais que não o ator da pesquisa. Entre os diferenciais característicos das duas técnicas de levantamento de dados, destaca-se sem dúvida o grau de interação entre pesquisadores e participantes da pesquisa, o qual oscila entre intenso e direto no caso de utilização das fontes primárias, até aquele mais sutil, onde a interação se processa de maneira indireta, como já visto anteriormente, através de documentação/literatura específica (MARTINS, 2004).

Ainda segundo Moreira, os dados coletados nesta etapa, independentemente da técnica utilizada, só terão validade científica, se o pesquisador tiver trilhado sem desvios, o caminho, ou seja, o método no qual, ele trabalha quatro dimensões inter-relacionadas que exigem conhecimento teórico: conceitos envolvidos; prática: técnica de levantamento, procedimentos, sistematização de análises de dados; criatividade: capacidade de inovar ao confrontar teoria e prática e, ética, fundamental como dimensão do método ao garantir a beneficência e a não maleficência na aplicação do mesmo, pois qualquer deslize ético significa um deslize do método, ou que por si só, desqualifica um estudo científico. Ciências Sociais “ciência leve” e os demais ramos da ciência, (biomédica, exatas, etc.) diferem pontualmente quanto à metodologia utilizada com o propósito de obter melhores “explicações de mundo”.

As ciências naturais ou “ciência dura” trabalham, quase que exclusivamente, com pesquisa quantitativa, onde os dados coletados de fontes primárias e/ou secundárias são compilados e transformados em números, posteriormente tratados e analisados estatisticamente, visando à construção de generalizações e a descoberta de regularidades, o que naturalmente exige um número expressivo de participantes para a composição da amostra (MOREIRA, 2013; MINAYO, 2004).

Ainda segundo os autores, as pesquisas qualitativas, nas quais são trabalhados um universo de significados e elementos, e, cujo interesse primordial não passa pelo processo de quantificação de unidades como nas pesquisas quantitativas, mas sim, com foco direcionado na tentativa de desvendar o universo subjetivo no qual se insere o ser humano, pois, sendo subjetivo, não se adequa aos métodos tradicionais destinados a mensurar e/ou quantificar os resultados obtidos.

Esta metodologia de pesquisa tem seu desenvolvimento e primazia na utilização creditada às ciências sociais, através do pioneirismo do filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911), em sua crítica ao uso da metodologia das ciências naturais, onde os cientistas lidam com objetos externos, passíveis de serem conhecidos de forma objetiva, pelas ciências sociais, as quais segundo ele, “visam à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas” (GOLDENBERG, p.19, 2004).

Estas características, inerentes aos estudos nas áreas sociais e de humanidades em geral, associadas ao impressionante avanço em todos os campos do conhecimento, têm provocado um gradativo e contínuo incremento na geração de dilemas éticos quando da análise dos projetos, resultado natural da ausência de

normatização específica que regule a prática e, oriente cientistas sociais envolvidos em pesquisas com populações ou indivíduos. Esta omissão é justificada pelas barbáries cometidas por médicos nazistas durante a segunda guerra mundial que, ao causar comoção na comunidade científica internacional provocou a elaboração de normativas, contendo códigos, tratados, declarações e resoluções, as quais invariavelmente visavam e, continuam dedicando-se a proteção dos participantes de pesquisas nas áreas da biomedicina, não atendendo a crescente demanda na avaliação da eticidade em estudos nos demais campos de conhecimento científico. (MINAYO, 2000; NEVES, 1996).

## **2.2 Definições de ética**

A ética pode ser definida como a disciplina que trata do agir humano e de suas regras, princípios ou ideias, as quais determinam qual a melhor forma de agir, individual ou coletivamente, ou seja, ética implica a maneira como as pessoas se relacionam entre si. De acordo com Vásquez (2006) o termo ética deriva do grego “ethos”, que significa caráter, e é usado para descrever a maneira de ser do homem ou sua conduta na sociedade. O mesmo autor argumenta que “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano”.

Para Goldim (2000), ética é a ciência da moral, a ciência da conduta ou o estudo dos princípios e valores morais que guiam as ações e comportamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Neste sentido, entende-se que a ética é o resultado de um conjunto de valores subjetivos, logo eles não podem ser apreendidos racionalmente (GOLDIM, 2000).

Goldim (2000) afirma que a moral é a assimilação, pelo indivíduo, das normas que, enquanto valoração dos fatos da vida, guiam as relações sociais em uma determinada época. Ainda de acordo com o autor a ética pode ser entendida como a busca de justificativas para as ações. Estas incorrem, muitas vezes, em comparações indevidas com a Moral e o Direito. O Direito, porém, é o único que possui coercibilidade, o que significa que a norma jurídica deve ser cumprida independente da vontade do agente.

Segundo Carvalho (2002), a sociedade exige de seus membros condutas exemplares aos interesses em comum, portanto, para cada interesse da sociedade,



forma-se uma rede protetora de normas, através de um sistema que regula a satisfação e a proteção desse interesse. As normas são criadas e impostas de acordo com as necessidades da sociedade, que são ilimitadas, e dos bens dispostos pela natureza, que são limitados. Sem as normas, o homem viveria em guerra constante com o seu semelhante, objetivando satisfazer suas necessidades sem qualquer limitação, principalmente quando se referir aos profissionais ligados às atividades de pesquisas com seres humanos.

Para Motta (1984), a ética também pode ser definida como um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, assim, o bem-estar social. Assim, a ética pode ser entendida ainda como conduta na inserção do homem na sociedade, para haja harmonia e bom funcionamento, possibilitando, assim, o equilíbrio social.

Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social. Do ponto de vista da Filosofia, a ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos (VÁZQUEZ, 2006). De acordo com Gomes (1996, p.54),

“a ética se constitui no princípio e fim da própria vida, ao passo que se torna o próprio sentido da existência, a razão essencial de ser e haver, o motivo pelo qual a existência se relaciona com o todo, pelo qual se transforma e por sua vez transforma o próprio meio agente e sujeito dessa mudança”.

A ética deve estar presente no âmbito da família ao mesmo tempo em que são modelados outros valores que formam o cidadão, ela deve ser um aspecto cuidado pela escola e por toda sociedade. A ética na pesquisa é um aprendizado que deve estar associado ao saber fazer da ciência desde a pré-escola até a pós-graduação, esperando-se que os pesquisadores que usam e que produzem conhecimento científico incluam, em seu plano de ensino, o aprimoramento constante sobre ética em pesquisa.

Em outras palavras, a ética está relacionada à própria vida, pois sem ética esta não existira. Ainda segundo Gomes (1996, p. 54), “a ética é individual e crítica, implica a liberdade de escolha e responsabilidade, será sempre fruto de um debate societário, entre sujeitos conscientes e livres para definirem valores, condutas e regras concernentes ao seu futuro e ao futuro da sociedade em que vivem”.

Para Resende (2006, p. 6), (...) “a ética tem a cor e o tom do que se denomina cultura de determinado agrupamento humano. Ao serem informados pela ética, os códigos morais se redefinem como expressão de comprometimento com a vida, na

interface do individual e do social.” No entanto, para um melhor entendimento do significado da ética, faz-se necessário um recorte histórico desde a Antiguidade até os dias de hoje.

### **2.3 História da Ética**

A ética, da maneira como é concebida desde a Antiguidade, nasceu na Grécia, praticamente de forma simultânea ao desenvolvimento da Filosofia. Apesar de seus preceitos estarem presentes em algumas civilizações desde os primórdios da humanidade mesclados a contextos míticos e religiosos, os gregos foram os responsáveis pela racionalização entre as pessoas, pelo repensar das posturas e pela sistematização das ações humanas (CORTINA; MARTINEZ, 2009).

A preocupação primordial dos primeiros filósofos da Antiga Grécia baseia-se na tentativa de definir o ser das coisas, nos questionamentos sobre “a verdadeira realidade” ou “autêntica natureza” uma vez que, segundo eles, na maioria das vezes, “as aparências enganam”. Estas inquietações oriundas das discussões conceituais de termos como “bem”, “virtude” e “comunidades” emanadas da moral vivida pelos gregos dos tempos pré-filosóficos tornam-se o pilar que servirá de referencial teórico fundamental no surgimento das primeiras teorias e reflexões éticas (GAARDEN, 1995).

Este olhar mais atento sobre problemáticas em torno da ética, como já referido anteriormente, tem sua origem na Grécia antiga onde são observadas três vertentes distintas, baseadas, respectivamente, em pressupostos filosóficos dos sofistas, nos de Sócrates, e também nos de Platão e Aristóteles (2004). Os sofistas, segundo Spinelli (1998), apresentavam-se como movimento intelectual que tentava utilizar-se do conhecimento e da retórica para persuadir e obter privilégios e riquezas, perdendo, desta forma, sua essência. Consideravam-se mestres da virtude, especialmente a virtude política ou excelência da gestão dos assuntos políticos, mas, contraditoriamente ao discurso, defendiam posições individualistas e relativas, as quais, invariavelmente estavam em desavença ante a própria noção da virtude política. Ao mesmo tempo em que afirmavam saber educar os jovens,

concebendo desta forma futuros bons cidadãos, negavam a possibilidade de se adotar critérios seguros para a definição de boa cidadania (RAMOS, 2012).

Juntamente com Sócrates, os sofistas são mentores das primeiras reflexões filosóficas sobre questões morais. Cabe salientar, porém que, enquanto os sofistas identificavam a excelência humana com o sucesso político, a Sócrates é creditada, na história da filosofia, a busca incessante de critérios racionais que serviram de parâmetros seguros na distinção entre a verdadeira virtude e a mera aparência de virtude. Para Sócrates, o domínio da retórica não tem valor, ele acreditava que, através da ironia e de perguntas críticas, poderia contribuir de maneira mais efetiva com a comunidade. Defendia o autoconhecimento e, em sua doutrina chamada intelectualismo moral, afirma que quem conhece o verdadeiro bem não pode agir mal, pois quem age mal o faz por ignorância, derivando daí sua elevada preocupação com a educação dos cidadãos como tarefa ética primordial, pois, segundo ele, um cidadão sábio será sem dúvida um bom cidadão.

Em Platão (2004), encontram-se extensas reflexões sobre a maior parte dos conceitos morais. Como herdeiro da tradição socrática, postulava que a verdadeira moral deveria ser um conhecimento que presidisse ao mesmo tempo a vida do indivíduo e a da comunidade, ou seja, a do cidadão e a da polis. Segundo ele, o ser humano só poderia alcançar a felicidade estando inserido em uma comunidade bem organizada, pois não se concebe a distinção do que é bom e justo para o indivíduo, daquilo que seria bom e justo para o alcance e manutenção da felicidade de todos os habitantes da polis. É dele a concepção orgânica de Estado, onde cada estamento cumpre determinada função no interior de organismo social.

De acordo com Platão (2004) o Estado seria formado por três estamentos: pelos governantes, pelos guardiões e pelos produtores (camponeses e artesões). A virtude da justiça consiste na harmonia e na perfeita coordenação com que cada estamento ou cada parte da alma cumpre ou realiza a função especial que lhe corresponde. Em *A República*, Platão propõe um modelo idealizado de cidade feliz, um projeto utópico que serviria como ponto de referência para aqueles que desejassem adequar-se aos costumes e às instituições na busca da melhoria, tanto individual como coletivamente, da vida do ser humano. Este projeto utópico seria uma representação ampliada da alma humana, pois, segundo ele, esta desempenha um papel determinante por conter a essência e a raiz da justiça (SASSATELLI, 2013).

Aristóteles foi o primeiro filósofo a elaborar tratados sistemáticos de ética, entre eles o mais influente, considerado uma obra-prima da filosofia moral, *Ética a Nicômaco*. Nele Aristóteles apresenta a questão que, no seu entendimento, constitui a chave de toda investigação moral: Qual é o fim último de todas as atividades humanas? Para ele, a resposta é a felicidade (*eudaimonia*). Segundo ele, o fim ou o bem absoluto, como plena realização daquilo que é humano no ser humano, não é o prazer (*hedoné*), nem tampouco a riqueza, mas a vida teórica ou contemplação como atividade humana guiada pelo que há de mais característico e elevado no ser humano: a Razão. No entanto, Aristóteles reconhece que o ideal de uma vida contemplativa contínua só é possível para os deuses: “o homem contemplativo, por ser homem, terá necessidade do bem-estar externo, já que nossa natureza não se basta a si mesma para a contemplação, mas necessita da saúde do corpo, do alimento e dos demais cuidados” (ARISTÓTELES, 2004).

Aristóteles (2004) admite que uma vida contemplativa não seria a única maneira de alcance da felicidade, pois esta poderia ser atingida através de exercícios do entendimento prático, ou seja, no domínio das paixões e na manutenção de uma relação amável e satisfatória com o mundo natural e social ao qual estamos integrados. Mas isso, por sua vez, só será possível com a ajuda das virtudes, sendo a principal delas a prudência, pois através dela pode-se optar sobre qual atitude seria mais conveniente nos momentos em que somos exigidos a tomar decisões. Através das virtudes, o homem certamente alcançará a felicidade, mas esta felicidade só se completará se este viver em uma sociedade regida por boas leis, visto que a ética não pode estar desvinculada da política, e a felicidade individual só é possível em uma polis dotada de leis justas (SASSATELLI, 2013).

Ao legado herdado dos gregos, autores das primeiras e variadas teorias sistematizadas do ocidente a partir do século V a. c. com os filósofos “pré-socráticos, têm-se, coincidido com o declínio do Império Romano e o início cronológico da Idade Média, um processo de incorporação de elementos da cultura latina, devido à assimilação que estes, os romanos, fizeram da cultura grega. Acontece, neste período, o que pode ser caracterizado como um processo de “mestiçagem” onde a cultura greco-latina foi enriquecida com a soberania oriental judaica contida no antigo testamento, e, devido à expansão do cristianismo, com a contribuição decisiva deste, através dos preceitos cristãos contidos no Novo Testamento (CORTINA; MARTÍNEZ, 2009).

Paulatinamente, o cristianismo torna-se dominante em toda a Europa Ocidental, pautando-se em uma ética vinculada com a religião e dogmas cristãos. A primeira grande contribuição no sentido de sintetizar conceitos e argumentos oriundos dos filósofos greco-latinos e da herança judaico-cristã é apresentada na obra enciclopédia de Agostinho Tagaste, e estes conceitos irão presidir a discussão filosófica e teológica por um longo período da Idade Média.

Pela sua importância e enorme influência sobre o pensamento ético posterior, tem-se, na obra de Tomás de Aquino, contribuição fundamental na tentativa de conciliar, através de uma teoria ética, crenças religiosas da Bíblia Cristã com os preceitos da obra aristotélica. Neste período, há uma subordinação da ética à moral e são aceitos preceitos dos grandes filósofos gregos, os quais afirmavam ser esta última um conjunto de orientações que possibilitariam o alcance de uma vida feliz, ressaltando, porém, que a felicidade só poderia ser alcançada no encontro amoroso com Deus-Pai que Jesus cristo anunciaria em seu evangelho, portanto, a felicidade perfeita não pode ser alcançada nesta vida, mas sim em outra vida futura e definitiva. Neste ponto, segundo o pensamento medieval, os grandes filósofos gregos não souberam explicar a chave da felicidade humana (RAMOS, 2012).

As máximas cristãs – fazer ao outro o que queres para ti e amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo – modificaram conceitos, exigindo uma releitura das ideias de Platão e Aristóteles, pois, apesar de serem condizentes com a concepção original de ética, pautada na busca do prazer em busca da felicidade, foram incorporadas às práticas do ascetismo e do martírio, que consistem em renúncia ao prazer e mesmo à satisfação de qualquer espécie, aplicada a tudo que é terreno e material. Portanto, somente após a morte seria permitido aos homens alcançarem a felicidade plena, individual e coletiva, contudo, quando guiados pelos dogmas estabelecidos pela igreja, independentemente do que é determinado pela ética (VALSS, 1999).

A ética moderna, ou ética pós-tradicional, fundamenta-se em uma compreensão antropocêntrica e racional do ser humano e de seu comportamento, representa um período de transição para a Idade Contemporânea, registrando, portanto, contradições marcantes relacionadas com antagonismos ao estilo de vida medieval e à marcante influência da religião na vida das pessoas. As discussões éticas ocorreram em um período de formação e consolidação dos Estados Nacionais europeus, onde há a ruptura definitiva entre Igreja e Estado e a aceleração dos

avanços científicos. Os preceitos religiosos perdem força em função da tendência da ética se sobrepor à moral, universalizando e discutindo princípios de convivência em sociedade. Há também um acirramento nas discussões entre correntes cujos pressupostos estão ligados ao racionalismo (primazia do sujeito ou de sua atividade em relação ao objeto), com aquelas adeptas ao empirismo (primazia do objeto em relação ao sujeito) e a natural renúncia ao antigo ponto de partida na pergunta sobre o ser das coisas, a qual é substituída por questões relacionadas com os conteúdos da consciência humana (RAMOS, 2012).

A expressão mais perfeita da ética moderna está presente nas obras do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), para o qual esta deve ser formal e autônoma, postulando um dever para todos os seres humanos, independente de situação social e de qual seja seu conteúdo concreto, opondo-se, desta forma, às morais heterônomas (leis que regeria consciência vêm de fora), sendo considerado ponto culminante da tendência antropocêntrica iniciada no Renascimento, em oposição à ética medieval. Como princípio, Kant assevera que o ser humano deve ser sempre tomado como fim e nunca como meio, e que a lei moral a qual ele denomina “Imperativo Categórico” provém da ideia de liberdade e esta seria a razão de ser da vida moral (KANT, 2008).

Os imperativos categóricos, diferentemente dos “imperativos hipotéticos”, são incondicionados e absolutos, podendo ser formulados da seguinte forma: “age de tal maneira que o motivo que te levou a agir possa ser convertido em leis universal”. Para ele, o ponto de partida da ética não seria o bem que se deseja como criaturas naturais, mas sim o dever que se reconhece interiormente como criaturas racionais, pois, como as pessoas são suscetíveis às inclinações naturais, estas podem constituir um incentivo ou um obstáculo ao cumprimento de quaisquer conjuntos de regras (VALLS, 2008).

Ainda segundo Kant, a razão não leva necessariamente à negação nem tampouco à comprovação científica da existência de um ser onipotente, porém, se Deus existir, poderá tornar-se real o bem supremo de que as pessoas boas alcancem a felicidade que fizeram por merecer, vivendo em coerência com a moralidade em comunidade “ética”, ou seja, justa, a qual Kant afirma ser a única possibilidade na tentativa de se efetivar uma reforma política progressiva, que leve o mundo a superar todo tipo de violência, instaurando, desta forma, a paz duradoura para todos os povos que formavam a espécie humana.

É necessário, portanto, tornar padrão o comportamento que seria aprovado como correto em qualquer caso e por qualquer pessoa. Os imperativos, portanto, são baseados na fraternidade para com o outro, expresso na máxima de desejar a todos o que se deseja para si mesmo. Este conteúdo profundamente humanista da ética de Kant sofre, no entanto, no decorrer do século XVIII, sensível e desvirtuamento à medida que ganha força a tendência utilitarista inaugurada pelo empirismo e impulsionada principalmente pelos avanços da ciência.

O princípio utilitarista afirma que o que importa é proporcionar máxima felicidade possível para o maior número possível de pessoas e foi formulado pela primeira vez pelo tratadista do Direito Penal Cesare Beccaria, em seu livro *Dos delitos e das penas* (1764). Assim, justifica-se o pensamento que condiciona os comportamentos à sua utilidade operante, pensamento este fortemente vinculado ao Direito. Apesar de considerar importantes as regras de comportamento, mas contrapondo-se à ética kantiana baseada nos imperativos categóricos, no utilitarismo há uma reativação das regras, subordinando-as ao bem e tornando-as passíveis de renegação em situações nas quais estas estejam tornando-se obstáculos para o alcance de um bem maior (OLIVEIRA, 2001).

O utilitarismo pode ser considerado uma forma renovada do *hedonismo* clássico quando afirma que o que impulsiona o ser humano a agir é a busca do prazer. Diferencia-se, no entanto, daquele pelo caráter social que adota, pois considera que a felicidade e o prazer da coletividade são, em última instância, tão ou mais importantes que sentimentos individuais. Também há entre os utilitaristas o entendimento de que a ética deve preocupar-se não apenas com a espécie humana, mas, sim, com todos os indivíduos que possuam a capacidade de sentir ou de sofrer, incluindo, desta forma, em suas ponderações, todos os animais não humanos.

Apesar de, como já citado anteriormente, os pressupostos utilitaristas terem sido formulados originalmente por Cesare Beccaria (1764), o utilitarismo a rigor desponta para o mundo moderno graças a autores anglo-saxões, sendo Jeremy Bentham, John S. Mill e Henry Sigwick os representantes clássicos desta fundamental Teoria Ética. A evolução natural aprofundou os debates, atraindo a preocupação e a colaboração de diversos pensadores, fazendo com que houvesse uma clara distinção entre duas de suas versões, ou seja, uma corrente adepta ao utilitarismo do ato, o qual defende o julgamento da moralidade das ações caso a caso, atendidas as consequências previsíveis entre as alternativas apresentadas e

outra, que adota o utilitarismo da regra, propondo, desta forma, energia e aproveitando a sabedoria decorrente das experiências já vividas. (VALLS, 2008).

Assim como o utilitarismo, segundo o autor, as demais teorias éticas clássicas têm fundamental importância, pois são os pilares sobre os quais se sustenta todo o arsenal teórico que possibilita analisar e justificar as ações e relações humanas no mundo ocidental desde os primeiros registros conhecidos, até os dias de hoje. Além, é claro, de se tornarem referenciais teóricos para as diversas correntes de pensadores dedicados a temas relacionados com a ética.

Entretanto, a partir da primeira metade do século XX, devido principalmente ao avanço vertiginoso nas pesquisas e descobertas científicas, notadamente na área da saúde, e em especial na medicina, constata-se um aumento significativo no número de situações que exigem, de um lado, novas interpretações a problemas já existentes, como também, de outro, respostas a questionamentos inéditos, derivados naturalmente da busca do conhecimento (CARVALHO, 2001; OLIVEIRA, 2001).

Neste sentido, os pressupostos éticos clássicos utilizados como parâmetros até então não fornecem princípios teóricos que ofereçam ferramentas que possam julgar e resolver, de forma incontestável, os conflitos existentes entre as diversas obrigações morais. Este impasse torna-se evidente devido à própria conceituação das obrigações, ao admitirem princípios únicos e absolutos para organizar a vida moral, havendo apenas um princípio básico para avaliar se as decisões tomadas estão corretas ou não (monismo) (LUNA; SALLES, 2008).

Esta conceituação mostra-se ineficiente em situações onde há conflito de princípios, os quais geram dilemas morais, pois estes exigem um princípio supremo inexistente que determinaria qual dever principal deveria ser seguido. É, portanto, num período histórico no qual se acentuam as turbulências nas questões éticas. Esta passa a ter como centro das discussões a análise da linguagem e dos conceitos envolvidos no discurso ético (metaética) sobrepondo-a, desta forma, à análise de propostas normativas que até então predominavam, pois, mesmo aceitando que as teorias éticas clássicas apresentavam elementos fundamentais para a análise e compreensão da vida moral, havia a clara percepção de que muitos de seus pressupostos se excluíram naturalmente e, por serem conceitos monistas, não permitiam olhares diferentes na avaliação de comportamentos e ações dos indivíduos ou da sociedade (VILELA, 2000)



Com o intuito de preencher lacunas nas questões éticas decorrente das argumentações já colocadas, surge, em meados da década de 1920, a proposta elaborada pelo filósofo inglês W. David Ross caracterizada inicialmente como indutivismo ético, a qual se contrapõe frontalmente ao positivismo lógico, pressuposto filosófico predominante neste período histórico e que adota a linguagem descritiva, considerando que apenas certos enunciados ou pressupostos podem ser julgados como verdadeiros ou falsos. Este movimento afirma, inclusive, que as normas e imperativos derivados das teorias éticas clássicas não têm o menor sentido, tratando-se somente de pseudo-proposições sem embasamentos, os quais suscitariam julgamentos parciais, contaminados, que estariam pelas emoções. O filósofo anglo-saxão, cuja proposta teórica propõe uma ética baseada nos “deveres *prima facie*”, não assume a paternidade da mesma e afirma que, na verdade, estava desenvolvendo ideias compartilhadas H.A. Prichard, filósofo contemporâneo de Ross na Universidade de Oxford (VILELA, 2000).

A proposta de Ross, exposta na obra *The right and good (...)*, apresenta alternativas de como resolver conflitos entre distintas obrigações morais, afirmando que sempre nos defrontamos com dois tipos de obrigações éticas, quais sejam, as obrigações *prima facie* e as obrigações reais. As primeiras, segundo Ross, seriam obrigações que a sociedade tem a princípio, possuem propriedades relevantes sob o ponto de vista da moral, em um primeiro momento, em virtude de características particulares que apresentam, acentuam a convicção de estarmos sendo coerentes em nossas escolhas, entretanto não são absolutas, pois podem ser revistas em casos onde haja conflitos de deveres (CARVALHO, 2001).

Já em relação às reais, o autor afirma serem todas as obrigações concretas decorrentes de situações específicas, sob um determinado contexto onde a solução de possíveis conflitos se dá necessariamente sob a orientação dos princípios morais envolvidos, avaliando-se a relevância e a especificidade dos mesmos frente a interrogações advindas de tais conflitos. Em 1979, Tom L. Beauchamp e James F. Childress desenvolveram, na obra *Princípios de ética biomédica*, uma teoria que, apesar de gerar muita polêmica, tornou-se referência obrigatória nas discussões que visavam identificar, analisar e resolver possíveis questionamentos morais que inevitavelmente emergem no âmbito da saúde humana, com maior na área médica Beauchamp & Childress (2002)

Os autores ressaltam, entretanto, não se tratar de uma teoria ética completa e acabada, tais como As Teorias Éticas Clássicas. Segundo eles, o que oferece são critérios gerais e básicos no sentido de sustentar princípios éticos e análises sobre as ações humanas. Os autores retomam o conceito de “obrigações prima facie”, proposto por W. David Ross, utilizando-o para caracterizar os princípios apresentados na obra citada anteriormente, quais sejam: o princípio de respeito à autonomia; o de não maleficência; o de beneficência e o de justiça.

A palavra autonomia, segundo Luna & Salles (2008) derivada do grego, *autos* (próprio) e *nomos* (regra, autoridade ou lei), e originalmente caracterizou o sistema de autogoverno e autorregulação das cidades-estados helênicas independentes. À medida que este conceito de autonomia política é estendido aos indivíduos, possibilita-lhes tornarem-se cidadãos autônomos, livres de interferências externas e de limitações pessoais. Desta forma, o princípio de autonomia concebe pessoas que agem sempre de maneira independente por meio de projetos livremente elaborados e que tenham acesso a todas as informações necessárias e pertinentes para a tomada de decisões que impliquem possíveis riscos de danos e/ou emocionais.

Este princípio dedica especial atenção às pessoas com autonomia diminuída, às socialmente vulneráveis, as quais devem ser protegidas de qualquer tipo de abuso, por meio de mecanismos e ações que tornem as informações acessíveis, de fácil compreensão e suficientes no sentido de sanar quaisquer tipos de dúvida sobre a totalidade da pesquisa a ser realizada (LUNA; SALLES, 2008).

O princípio da não maleficência remete ao princípio hipocrático “*primo non nocere*”, significando que, antes de tudo, deve-se evitar causar danos a outrem, por meio de uma avaliação sistemática e contínua da relação custo-benefício para os participantes de pesquisas. As regras deste princípio se caracterizam por serem negativas de ações, devem ser obedecidas plenamente, sem exceções e oferecem razões para estabelecer proibições legais a determinadas normas de conduta.

A diferença entre as regras que caracterizam os princípios de não maleficência e beneficência são extremamente sutis e, em certos casos, podem ser interpretadas erroneamente. Segundo os autores, as diferenças se fundamentam em razão de que as primeiras são regras proibitivas de ação, implica uma obrigação moral mais forte que, em nenhuma hipótese, pode ser ignorada, já as segundas obrigam a realização de ações positivas que contribuem para o bem-estar dos indivíduos, mas, em virtude de motivos suficientemente fortes, permitem o não

cumprimento de uma regra específica, desde que o benefício seja menor que o custo exigido.

O princípio de justiça pode ser entendido como o reconhecimento da cidadania por meio da promoção dos direitos humanos mais elementares, buscando prover a melhor qualidade possível nos serviços de saúde, de forma isonômica para todos os cidadãos, observando os princípios de interesse público, mantendo o equilíbrio orçamentário e assegurando a competência através da concorrência estimulada e auscultada permanentemente pelo estado. É necessário ressaltar que igualdade de tratamento, neste caso, não deve ser confundida com equidade, pois um princípio de justiça social horizontalizado acaba beneficiando quem menos precisa. Deste modo, equidade social, para ser autêntica, no entendimento do filósofo americano John Rawls (1999), “deve ter como princípio o reconhecimento de necessidades diferentes para a defesa de interesses iguais”(VALLS, 2008).

Beauchamp e Childress (1999) reconhecem, contudo, que, em muitos casos, mais especificamente na prática médica, emergem cotidianamente diversos conflitos e dilemas morais, dependendo do tipo de olhar, interpretação e ou interesses dos envolvidos em estudos ou procedimentos, em relação aos quatro princípios elencados anteriormente. Nestes momentos em que surgem incertezas que acabam evoluindo, originando questionamentos sobre quais atitudes a moralidade recomenda, os autores asseveram que se deve especificar os referenciais teóricos de onde se origina a convicção de que os atos em questão preenchem os requisitos para serem moralmente justificados. Neste sentido, apresentam três modelos distintos de justificação moral: o modelo dedutivo, o modelo indutivo e, por último, o modelo coerentista. (LUNA; SALLES, 2008).

Ainda nesta perspectiva, segundo as autoras, o modelo dedutivista caracteriza-se, por embasar as justificativas morais sob uma perspectiva descendente, ou seja, segue preceito de que, em ética, estas só se sustentam quando derivam de pressupostos teóricos preexistentes fundamentados em normativas corretas e justificadas. Desta forma, a resolução dos conflitos e dilemas éticos passaria, necessariamente, pela confrontação dos mesmos com uma estrutura teórica plenamente bem definida, com premissas que não geram questionamentos no que tange à credibilidade.

Devido a sua forma de justificação moral seguir um sentido inverso do anteriormente descrito, ou seja, partir de um caso concreto para só então formular

teorias através de analogia, o modelo indutivista caracteriza-se por proceder de forma ascendente, em outras palavras, o conflito em questão exige que se desenvolva a teoria ética mais adequada no sentido de apresentar uma solução. Os autores entendem que este modelo atende de maneira eficaz à resolução de conflitos que se apresentam quando da justificação moral dos mesmos, argumentando não existir um sistema estático de normas morais, mas, isto sim, um processo dinâmico onde estas exigem um aperfeiçoamento e atualização constantes, no sentido de permitir decisões acertadas frente a novas e específicas situações (LUNA; SALLES, 2008).

O terceiro modelo de justificação moral, denominado de coerentista, diferencia-se dos modelos anteriores, entre outros aspectos, por não compactuar a perspectiva descendente do dedutivismo, tampouco a ascendente do indutivismo. Para que as justificativas morais sejam aceitas sob a ótica coerentista, os autores acentuam a necessidade de que elas sejam estruturadas, a princípio, sobre os alicerces do diferencial teórico de juízos morais aceitos como paradigmáticos e, que a partir deles, se eleja uma teoria ética que atenda às particularidades do conflito em questão. Ressaltam, entretanto, que este é um processo dinâmico, cujos resultados devem ter os preceitos de coerência constantemente avaliados no sentido de serem ajustados ou, em casos extremos, substituídos, já que não seria possível atingir um estado de completo equilíbrio (CARVALHO, 2001; OLIVEIRA, 2001).

## **2.4 Origem e definição da bioética**

A história da bioética é ao mesmo tempo recente e contraditoriamente longa, devido ao conjunto de proposições e expectativa de várias áreas de estudo, uma vez que, contrariamente à ciência moderna que tenta individualizar seu conhecimento, a bioética abarca tudo e a todos, contudo, dentro de uma visão crítica e contextualizada (NEVES, 2006).

O surgimento da bioética se deu na década de 1970, nos Estados Unidos da América, num período marcado pelo movimento de resgate dos valores morais, momento este de muitos questionamentos quanto à relação entre a ética, a ciência e a política na solução dos problemas, mais especificamente na área da saúde pública e da medicina (ZANCAN, 1999). Entretanto, a bioética consolidou-se em 1971, por meio dos enunciados do médico americano, oncologista da Universidade de

Winsconsin, Van Rensselaer Potter, com o objetivo de orientar o uso de novas tecnologias nas áreas médica e biológicas, prevendo os desafios iminentes para a humanidade (CANTO-SPERBER, 2001). O termo “bioética” é um neologismo inventado por Potter que a notabilizou por meio de seus dois escritos, em 1970, com o artigo intitulado *Bioethics, science of survival* e, em 1971, com o livro *Bioethics bridgeto the future*. Por meio de sua leitura, é notória a preocupação de Potter com relação à sobrevivência do ser humano no planeta. Estas inquietações suscitaram reflexões e questionamentos sobre os avanços da ciência não comprometidos com as regulamentações, ordenações e, o mais importante, a tomada de consciência (MORI, 2006).

Para Athanazio et al. (2004) e Muñoz (2003), a bioética nasce em um momento de grandes desafios na área biomédica, agregando como disciplina de ética médica, na tentativa de solucionar questões que possam afetar direta ou indiretamente o bem-estar do ser humano. Embora estes autores refiram-se à bioética apenas na perspectiva médica, outras fontes admitem que uma vasta gama de conhecimentos científicos possa estar relacionada a ela.

Nesse período, a comunidade científica passava por grandes transformações decorrentes dos avanços tecnológicos e sociais, vivenciados, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Tais progressos exigiam adaptações e mudanças nas teorias e práticas do campo da saúde, e começava-se a questionar a participação de seres humanos em experimentos duvidosos sob o ponto de vista ético (OLIVEIRA, 2004).

A partir de então, surgia o interesse pela ética aplicada, uma vez que a ética médica tradicional mostrava-se insuficiente para resolver os dilemas éticos gerados pelo progresso da ciência (JUNGES, 1999).

Segundo Diniz e Guilhem (2005) e Leão (2010), o avanço tecnológico que determinou conseqüentemente o progresso da ciência, especialmente os ligados à biomedicina, impulsionou o despertar de dilemas morais, os quais também foram marcados por uma década de movimentos sociais que buscavam o respeito à diferença, ao pluralismo de ideias, fornecendo subsídios para as discussões desses temas.

Para Neto et al. (2013), bioética é uma área de ética aplicada que surgiu com a necessidade de auxiliar o desenvolvimento tecnológico nas esferas científicas da vida e da saúde do ponto de vista ético, respeitando o sistema de valores da época

para resolver conflitos morais nascidos com as práticas da biociência. Neste sentido, percebe-se que o desenvolvimento tecnológico produz tanto benefícios quanto preocupações em relação à aplicação dos recursos oriundos do desenvolvimento científico. Seguindo esta temática, para Goldim (2000), bioética pode ser entendida como a ética aplicada às questões referentes a pesquisas em seres humanos, mais especificamente na área da saúde, estimulando espaço para reflexões com o objetivo de atingir novos patamares que possibilitem soluções adequadas.

Ainda, nas palavras do autor, “a bioética aborda novos problemas de forma original, secular, interdisciplinar, contemporânea, global e sistemática”. Para Neves (2006), bioética pode ser definida como uma ciência que une temas muitas vezes distantes e polêmicos. Nestes termos, tais preceitos buscaram resgatar alguns referenciais mínimos para um agir ético, marcando, portanto, o nascimento da primeira norma de ética aplicada e também o renascimento de um movimento a que agora se denominou de bioética, mas que, na prática, sempre existiu como ética aplicada à vida. De acordo com Sharamm (2002), a bioética não deve mais ser tomada somente como a união de significados bio (vida) e ética, apresentando-se apenas como normas reguladoras no sentido de coibir o mau uso nos experimentos decorrentes das ações inovadoras na área da biotecnologia.

Bioética deve transcender este conceito, tendo preocupação inalienável com a ética das ciências que tratam os seres vivos e o meio no qual interagem, com enfoque multi e, sobretudo, transdisciplinar.

A Resolução n. 466/12 (BRASIL, 2012), utiliza desse aspecto da bioética, apresentando dois pontos relevantes em sua essência. O primeiro propõe que sua aplicabilidade não se resume somente às pesquisas biomédicas e, sim, a quaisquer pesquisas que envolvam seres humanos. O segundo configura-se, de maneira concreta, na composição dos Comitês de Ética em Pesquisa, que se evidencia na participação de profissionais das mais diversas áreas das ciências os quais interagem de forma harmônica e reflexiva no sentido de elucidar e mediar os conflitos éticos inerentes às pesquisas com seres humanos (HOSSNE, 2006).

## **2.5 Ética em Pesquisa**

No mundo pós-moderno globalizado, marcado por profundos contrastes decorrentes notadamente do grau de respeito à dignidade das pessoas, nos

diferentes espaços os quais habitam, é sintomática, especialmente nas sociedades democráticas, uma contínua elevação do grau de exigências voltadas à proteção dos participantes na condução das pesquisas em todas as áreas do conhecimento que envolvam seres humanos. Desta forma, o marco norteador do envolvimento da prática científica agrega, além da proteção dos voluntários, um indissociável compromisso no sentido de que os resultados obtidos sejam imediatamente disponibilizados e incorporados às políticas públicas, atingindo dessa maneira os objetivos propostos (DINIZ; SUGAI, 2008).

Trata-se, portanto, de uma concepção ampliada do conceito de ética em pesquisa, porque, segundo Diniz e Sugai (2008), “a ética em pesquisa é reconhecida como um novo campo do conhecimento interligando diferente saberes”. A história da ética em pesquisa nos seus primórdios relaciona-se intimamente com tabus teológicos morais por meio do senso comum da época, o qual aceitava apenas a teologia como fonte do conhecimento e a observação natural era considerada sem valor científico. Sendo assim, o estudo da anatomia humana com o uso de cadáveres era considerado sacrilégio, sendo permitido apenas em criminosos do sexo masculino. A dissecação anatômica do cadáver humano foi oficializada somente em 1537 por Clemente VII. O pioneirismo no estudo anatômico em cadáveres humanos é creditado a André Vesálio (1514-15), contrariando as afirmações de Galeno (129-199) de que o uso de porcos e macacos forneceria informações confiáveis sobre a morfologia interna da nossa espécie (KOTTOW, 2008).

Para Kototow 2008, esta evolução, marcada pela conquista da autonomia da ciência em relação à igreja (religião), representa um marco histórico para o avanço das pesquisas, que passam a utilizar não apenas cadáveres em experimentos, mas, em uma nova fase, seres vivos, incluindo entre eles, os humanos. Uma característica marcante neste período, além da auto experimentação, era a utilização de familiares e vizinhos como sujeitos dos experimentos. Entretanto, a necessidade do aumento da abrangência das pesquisas que defendiam estudos considerados imorais, sob a justificativa que seriam ocasionalmente necessárias, como por exemplo, a inclusão de prisioneiros e crianças abandonadas e aqueles que argumentavam que o progresso da ciência não justificava a vocação do bem-estar dos indivíduos, é o princípio que dá origem ao que hoje caracteriza a preocupação com a segurança e proteção dos envolvidos em pesquisas nas diversas áreas do conhecimento (KOTTOW, 2008).

Neste sentido, Schüklenk (2005) cita Walter Reed, que, em 1901, defendia que a ética em pesquisa, necessariamente, deveria adotar requisitos fundamentais tais como a auto experimentação, o consentimento por escrito de outros possíveis sujeitos, pagamento em dinheiro pela participação nos estudos, o consentimento por escrito de outros possíveis sujeitos, no entanto, tais requisitos vedavam a participação de crianças e adolescentes. Surge também, de forma imediata, que casos em que houvesse publicação, nos documentos assinados, segundo Diniz e Sugai (2008), deveria constar a frase “com total consentimento do sujeito”.

Já em 1914, passa a ser formalmente reconhecida a participação dos sujeitos de pesquisa em decisões clínicas, passando a ser considerada ilícita e punível a invasão cirúrgica do corpo de uma pessoa sem o seu prévio consentimento. Esta doutrina obtém embasamento jurídico legal apenas em 1957, quando se introduz a expressão “consentimento informado”. Apesar de reconhecidas, estas normas não alcançaram seus objetivos na prática, pois os pesquisadores não se sentiam obrigados a realizar reflexões éticas específicas em pesquisas e/ou experimentos com seres humanos. As atrocidades cometidas durante o Holocausto por médicos e cientistas nazistas, nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se o marco mais contundente da importância da ética para a ciência, notadamente em estudos que envolvam seres humanos (VALLS; VAZ, 1999).

Estas condutas abusivas e até mesmo criminosas, cometidas em pessoas consideradas inferiores, extremamente vulneráveis, sem a menor possibilidade de defesa ou opção, deixaram claro não ser mais possível deixar sob a responsabilidade apenas dos pesquisadores a determinação sobre quais critérios éticos seriam obrigatórios na elaboração do processo de realização de pesquisas (SCHÜKLENK, 2005).

Em decorrência da exposição pública das atrocidades e torturas protagonizadas pelos nazistas, muitas delas erroneamente definidas como pesquisa, foi promovida pelos Estados Unidos a realização do Julgamento de Nurembergue, o qual provocou a elaboração do primeiro documento institucional contendo diretrizes éticas que devem nortear a realização de estudos e, ou, procedimentos com seres humanos, que ficou conhecido como Código de Nurembergue. Deve-se ressaltar que as barbáries ocorridas durante todo o período de guerra foram cometidas mesmo estando em vigor uma diretriz do Ministério do Interior da Alemanha sob a denominação de Novas Terapias e Pesquisas em Seres Humanos, a qual objetivava



impedir abusos e desrespeito à dignidade humana durante a realização de ensaios clínicos na área biomédica (GUILHEM et al., 2005).

O Código de Nurembergue foi um marco importante para a reflexão ética por sua defesa intransigente do respeito à dignidade humana. Entre suas exigências estão à obrigação da realização de uma fase pré-clínica antes de se efetuar testes em seres humanos, para a possibilidade de se obter resultados vantajosos advindos do estudo e para a necessidade de se avaliar cuidadosamente o balanço entre riscos e benefícios para os sujeitos envolvidos; torna imprescindível o consentimento voluntário, absolutamente essencial para a inclusão do indivíduo na pesquisa. Além disso, o pesquisador torna-se responsável e deve responder pelo esclarecimento de todas as fases do estudo, como também pela qualidade do consentimento obtido junto aos sujeitos da pesquisa (DINIZ; SUGAI, 2008).

O crescimento do número de pesquisas clínicas terapêuticas e não terapêuticas e a percepção de que a ciência praticada em países desenvolvidos adotava condutas eticamente inaceitáveis foram determinantes para que a Associação Médica Mundial, em sua décima oitava assembleia realizada em Helsinque, na Finlândia, em 1964, elaborasse e promulgasse uma nova declaração para subsidiar a prática de pesquisa médica, a Declaração de Helsinque, que buscava o aprimoramento do Código de Nurembergue através de preceitos que preenchessem as lacunas existentes neste documento. Esta declaração passou por várias revisões ao longo de sua história, mas manteve sua essência, que determinava o inalienável dever de respeito ao ser humano em sua totalidade e a defesa intransigente de indivíduos vulneráveis. Introduz ainda, entre outras recomendações, a necessidade de revisão ética independente dos protocolos de pesquisa, estabelecendo claramente o vínculo entre ciência e ética (DINIZ; SUGAI, 2008).

Apesar de inicialmente estar dirigida ao direcionamento nos processos de elaboração de protocolos de pesquisa clínicas na área médica, esta declaração, considerada hoje patrimônio da humanidade, tem sua abrangência ampliada normalizando também pesquisas na área comportamental. Outro marco para a prática de pesquisas no campo da bioética foi elaborado por uma comissão criada pelo governo e o parlamento dos Estados Unidos, a Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos nas Pesquisas Biomédicas e Comportamentais. Dos trabalhos desta comissão, no período de 1974 a 1978, resultou um documento,

conhecido e divulgado como Relatório Belmonte, o qual definia princípios éticos na condução de pesquisas com seres humanos, com a clara intenção de proibir os abusos até então praticados. Esta reação do governo americano foi uma resposta à divulgação do estudo Tuskegee, experimento financiado e conduzido pelo Serviço de Saúde Pública estadual, onde 400 homens negros portadores de sífilis foram deixados sem tratamento durante 40 anos, entre 1930 até o início dos anos 1970, com o objetivo de observar e estudar a evolução natural da doença (COSTA, 2008).

Além do desconhecimento dos participantes de que faziam parte de um experimento, foi-lhes oferecido apenas placebo, mesmo após a descoberta da penicilina, medicamento eficaz para o tratamento da doença. Este episódio originou a primeira Teoria no campo da bioética, a Teoria dos Princípios de Tom Beauchamp e James Childress, sendo eles o da Autonomia, da Beneficência, da não Maleficência e o Princípio da Justiça, os quais já foram objetos de análise anteriormente neste trabalho (VALLS, 1999).

O registro histórico sobre a formação do primeiro comitê de ética institucional com a participação de pessoas leigas acontece em virtude de um episódio ocorrido no ano de 1962, na cidade de Seattle (EUA), onde o objetivo do comitê seria selecionar pacientes, em uma escala de prioridade, para que tivessem acesso ao tratamento com hemodiálise, pois o mínimo de máquinas disponíveis não atendia à demanda existente. Neste caso, a sociedade organizada decidiu não aceitar uma decisão exclusivamente médica, baseada apenas em critérios biológicos. A divulgação desse episódio se deu através uma matéria na revista *Life*, intitulada *They decide Who lives, Who dies* (eles decidem quem vive e quem morre) (JONSEN, 1993; GUILHEM et al., 2005).

A partir destas publicações, diversos documentos têm sido elaborados no sentido de orientar a elaboração, fiscalizar a condução como também avaliar a divulgação dos resultados das pesquisas. Os objetivos primordiais de tais regulamentações são os de resguardar a proteção, o bem-estar e a segurança dos sujeitos participantes. Entre os documentos com abrangência internacional, podem ser citadas as Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas em Seres Humanos (CIOMS/OMS, 1982 e 1993, 2002); as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOM/OMS, 1991); Diretrizes Operacionais para Comitês de Ética que Revisam Pesquisas Biomédicas (UNDP/UNFPA/WHO/WORD BANK, 2000); Considerações Éticas em Pesquisa

sobre Vacinas Preventivas de HIV (UNAIDS, 2000). Como forma de complementar e adaptar tais normas às legislações locais, vários países elaboraram documentos que normatizam a realização de pesquisas com seres humanos.

O vertiginoso processo de globalização, onde se incluem também temas relacionados à ética em pesquisa, está ligado intimamente às questões socioeconômicas, pois se constata uma tendência crescente da migração para países em desenvolvimento, dos estudos, produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos. Isto ocorre, entre outros fatores, tanto pela disponibilidade de sujeitos potenciais, seja pela constante capacitação de profissionais cada vez mais envolvidos em projetos em instituições internacionais conceituadas. O Brasil, como parte deste cenário, possuindo parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade aliada ao aumento significativo das pesquisas biomédicas, em vigor desde 1988, possui sete artigos voltados à necessidade de proteção de valores humanitários neste contexto (VALLS, 1999).

Salienta-se, entretanto, que a existência de legislação específica não é suficiente para que sejam banidas as práticas abusivas, pois a estrutura deficiente impede muitas vezes uma fiscalização mais efetiva, devendo esta representar o passo inicial para a adoção integral dos princípios éticos, que deve ser antecedida pela ampliação dos debates sobre responsabilidades requeridas, as quais devem ocorrer ainda no período de formação de jovens cientistas de todas as áreas do conhecimento (GUILHEM et al., 2005).

A ética, atualmente consolida-se como uma afirmação da cultura dos direitos humanos na prática da pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento. No Brasil, a produção de conhecimento e o avanço da tecnologia têm sido mais fortemente difundidos nas instituições de ensino superior, constituindo, assim um núcleo privilegiado do desenvolvimento de investigações que venham beneficiar a sociedade. Por outro lado, este benefício tem resultado também no aumento da inquietação com as questões éticas que envolvem as pesquisas realizadas com seres (CELINO et.al. 2012).

Neste sentido, a ética na pesquisa deve ser incorporada como uma reflexão, ainda no desenho da metodologia, pressupondo, que a ética não é um tema exclusivo dos pesquisadores que conduzem a pesquisa, mas uma questão de interesse coletivo (GUILHEM; DINIZ, 2008).

## 2.6 Comitê de Ética em Pesquisa

Dentre o arcabouço normativo brasileiro relacionado à ética em pesquisa envolvendo seres humanos, a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n. 196/96, (BRASIL,1996), representa um marco simbólico para criação e a consolidação do sistema brasileiro de revisão ética das pesquisas, o sistema SISNEP/CEP/CONEP. A aprovação da Resolução CNS 196/96, (BRASIL,1996) foi publicada no DOU de 16/10/96, contendo as Diretrizes e Normas Regulamentares de Pesquisa envolvendo seres humanos (DINIZ; SUGAI, 2008).

De acordo com esta Resolução, os CEPs devem ser constituídos de forma multidisciplinar, coma participação de profissionais da área saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e pelo menos um membro da sociedade representando os usuários da instituição, podendo ainda contar com consultores ad hoc, pessoas não pertencentes à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

Os CEPs têm como atribuição revisar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, de maneira a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos participantes voluntários nas referidas pesquisas, emitir parecer consubstanciado sobre os mesmos; acompanhar o desenvolvimento dos projetos e desempenhar papel educativo e consultivo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, além de receber denúncias de abusos ou notificação de fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo (FREITAS, 2006). Quanto à metodologia de trabalho, cada CEP deve elaborar suas normas de funcionamento, contendo método de trabalho, como: elaboração de atas, planejamento anual de suas atividades, periodicidades das reuniões. Essas exigências surgiram somente em meados da década 1980, com a revisão do Código de Ética Médica, o artigo 127, condiciona a obrigatoriedade de que todos os protocolos de pesquisas devem ser submetidos à análise, aprovação e acompanhamento de uma comissão isenta e independente em relação aos pesquisadores.

Ainda em 1988, o CNS, sensível aos apelos da sociedade elabora o primeiro documento que regulamenta as pesquisas em saúde, a Resolução CNS nº 1/88, (BRASIL,1988), que estabelece em seu Capítulo XIII: “em toda instituição de saúde credenciada pelo Conselho Nacional de Saúde na qual se realize pesquisa deverá existir: I) Comitê de Ética, caso se realize pesquisas em seres humanos; (...) A

pesquisa somente poderá ser iniciada após parecer favorável, por escrito, do Comitê de Ética e do Comitê de Segurança Biológica, conforme o caso (...)" . Dizia ainda que o Comitê deveria ser constituído por pelo menos seis membros, dos quais cinco com experiência na área de saúde, pessoas de ambos os sexos, tendo pelo menos um membro não pertencente ao quadro de investigadores da instituição. A atribuição era definida como: emitir parecer sobre os aspectos éticos das pesquisas propostas, mediante a revisão dos riscos, dos benefícios, do termo de consentimento livre e esclarecido, entre outros, contidos nos protocolos de pesquisa, de modo a garantir o bem-estar e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas (BERTOMEU, 1996).

Mesmo reconhecendo a importância desta Resolução, em 1995, através de uma avaliação realizada entre 26 instituições universitárias, constatou-se que não havia adesão à Norma, tanto por desconhecimento, discordância especialmente, na contradição entre as exigências para o credenciamento de instituições de pesquisa, como também, da necessidade de novas abordagens exigidas pelo avanço tecnológico do qual emergiram novos conflitos éticos (FREITAS, 2006).

Neste contexto, em 1996, o CNS, através de processo participativo e aberto às contribuições de todos os setores da sociedade envolvidos na questão, elabora e aprova, após cerca de um ano de trabalho, a Resolução CNS nº 196/96, (BRASIL,1996), publicada no DOU de 16/10/96, contendo as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Contendo as principais diretrizes para a apreciação da ética dos projetos de pesquisa. Esta norma determinou a criação de um sistema nacional para o seu acompanhamento, constituído por Comitês de Ética em Pesquisa nas instituições que as realizam, subordinados à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a qual é vinculada ao Conselho Nacional de Saúde-CNS (FREITAS,2006).

O CEP caracteriza-se por ser um órgão colegiado interdisciplinar e independente no exercício das suas funções, com "múnus público", que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões ético Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Res. nº 196/96, II.4).

Conforme a Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, (BRASIL,1996), e em seu Regimento, o CEP, têm como funções básicas: a) realizar avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas em qualquer área do conhecimento que envolvam seres humanos, de modo direto ou indireto, abrangendo indivíduos ou coletividade, em sua totalidade ou em partes, inclusive, em questões relacionadas a aspectos culturais, sociais e com o meio ambiente, bem como pelo manejo de informações e materiais; e b) emitir parecer consubstanciado e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, receber denúncias de abusos ou notificação de fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo. É função do CEP difundir os princípios éticos em pesquisas com seres humanos, desenvolver um processo educativo no meio acadêmico e seguir as atribuições estabelecidas na Resolução CNS 196/96 (BRASIL,2006).

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM foi criado em 1997, no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFSM, pelo então diretor do centro, atendendo a legislação da Resolução 196/1996, (BRASIL,1996), nomeando-se um Comitê provisório, composto por dois membros docentes representantes do curso de Medicina, um membro docente representante dos demais cursos da área da saúde, sendo eles, (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Odontologia), um membro docente representante das disciplinas do ciclo básico das áreas da saúde e um religioso, totalizando nove participantes. Esse grupo deu início ao CEP do CCS credenciado e registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) sob o número 175.

O Comitê, inicialmente preocupou-se com a divulgação e esclarecimento da Resolução 196/96 (BRASIL,1996), aos cursos e departamentos do CCS, orientando o encaminhamento dos projetos para apreciação, mais especificamente na elaboração do termo confidencialidade e, quando aplicável, o termo de consentimento livre e esclarecido. Este Comitê tinha a função de atender a todos os projetos que envolviam pesquisas com seres humanos da UFSM, apesar de estar localizado no CCS, sendo que a demanda de pesquisa de outras áreas eram submetidas em menor escala. Apesar de que nesse período, o Comitê de Ética em Pesquisa do CCS também absorvia análise de projetos de outras instituições de Santa Maria, a exemplo do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), bem como de outras cidades da região.

Em 1999, por conta do aumento na demanda de projetos de todas as áreas do conhecimento, foi criado o CEP da UFSM – Reitoria, um comitê independente do CEP/CSS, sendo constituído inicialmente por dez membros. Desta forma, a UFSM passou a contar com dois CEPs, o CEP/CCS, que se limitou a atender os projetos do Centro de Ciências da Saúde, e o CEP da Reitoria, que atenderia projetos oriundos dos demais centros e de outras instituições. Através de um programa de fomento implementado pela CONEP em 2001, para obtenção de recursos, bem como o fortalecimento dos CEPs, o CEP/CCS encaminhou ao Ministério da Saúde um projeto que incluía a requisição de verbas para infraestrutura e para capacitação dos seus membros. Esta capacitação contemplou também o CEP da Reitoria.

No ano de 2006, foi solicitado a CONEP o cancelamento do Registro do CEP/CCS, quando houve a composição de um CEP único dentro da UFSM, que passou a ser vinculado a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PRPGP, com o nome de Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM e registrado na CONEP sob o número 243.

A Reitoria destinou espaço físico e infraestrutura adequada para o funcionamento do comitê. Inicialmente, o CEP/UFSM contava apenas com dois bolsistas, a partir de em 2007, passou a contar com uma funcionária de carreira da UFSM, com dedicação exclusiva às atividades do CEP.

Entre 2007 e 2009, docentes, funcionário e bolsistas de iniciação científica, envolvidos com os trabalhos do CEP/UFSM, puderam ser capacitados dentro de um projeto em parceria com o Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA/UFRGS), o que representou um marco na melhora do desempenho do CEP-UFSM e na sua divulgação dentro da instituição WEIS et al (2011).

O CEP atualmente conta com 20 membros representantes de todos os centros de ensino da UFSM, sendo que o CCS é representado por um membro de cada curso da área da saúde, bem como um membro representante do HUSM, um teólogo e um representante dos usuários indicado pela Associação de Apoio a Pessoas com Câncer (AAPECAN). As reuniões ocorrem mensalmente, de janeiro a dezembro, podendo ser abertas ao público.

O CEP/UFSM mantém comunicação regular e permanente com a CONEP, enviando relatórios semestrais sobre suas atividades. Conta ainda com o apoio da PRPGP da UFSM, que tem possibilitado a capacitação de seus membros pela

participação em cursos, congressos, e encontros de CEPs. Desempenhando um papel educativo com o objetivo de fomentar a reflexão em torno da ética em pesquisa, na comunidade universitária, pela organização de simpósios internacionais, palestras aos pesquisadores dos diversos centros da instituição, além de capacitações técnicas a outros CEPs da região, por indicação da CONEP.

Em janeiro 2012, houve mudança de sistema que alterou a forma de submissão de projetos ao CEP, foi implantada a Plataforma Brasil como sistema oficial para submissão de protocolos de pesquisa e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. Essa ferramenta contribui para um efetivo controle da sociedade, assim como permite agilizar os tramites sem prejuízo da qualidade ética das pesquisas. O ano de 2012 deve ser referenciado como palco de intensas discussões, debates, busca de colaboração e participação tão ampla quanto possível num esforço conjunto o qual tem como desfecho, a aprovação de novas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Neste ano, mais precisamente nos dias 11 e 12 de dezembro, o Conselho Nacional de saúde em sua 240ª reunião ordinária, aprova e apresenta a comunidade científica, um novo marco regulatório: a Resolução 466/12, (BRASIL, 2012) que ao ser publicado em 13 de junho de 2013, revoga as resoluções anteriores, entre elas, a resolução 196/96, (BRASIL,1996) que até então ordenava as atividades e regulamentava as atribuições dos CEPs/CONEP.

Apresenta ainda, avanços no sentido de atualizar e contemplar, de maneira mais harmônica e equilibrada possível, as exigências decorrentes do vertiginoso incremento que abrange todas as áreas do conhecimento, com a proteção integral dos participantes de pesquisas, notadamente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, destacando-se a inclusão de novos termos e definições de extrema importância tais como o termo de assentimento para os menores ou legalmente incapazes, garantindo ainda a assistência ao participante de pesquisa e institui e oficializa o Sistema CEP/CONEP e a Plataforma Brasil, inovando o processo de acreditação, capacitação e qualificação dos CEPs dentre outros. Res nº 466/12/CNS (BRASIL, 2012)

Com o desenvolvimento e a crescente incorporação de novas tecnologias nas práticas de atenção à saúde e a difusão do conhecimento científico pela mídia, bem como, ampliação dos movimentos sociais que defende os direitos individuais e coletivos, entende-se que o CEP deve ter relação indissociável com os programas



de pós-graduação, haja vista que eles reúnem um número importante de pesquisadores de diversas áreas, que por vezes, se utilizam dos seres humanos, como sujeito participante.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o CEP parece não ter sua estrutura e função reconhecidas por parte da comunidade acadêmica. Essa percepção, não é diferente da literatura científica, que não apresenta estudos relacionados às atividades, funcionamento e produtividade dos CEPs (SILVA; TEIXEIRA; GONÇALVES, 2012).

Concluindo este item percebe-se que a primeira resolução normativa sobre comitê de ética no Brasil foi em 1988 contemplando mais especificamente a área da saúde e o primeiro CEP na UFSM foi criado em 1997 também contemplando esta área.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Delineamento da Pesquisa**

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, com enfoque quantitativo. Conforme Sampieri *et al.* (2006), “a pesquisa exploratória busca examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado”. O método quantitativo, de acordo com Malhotra (2006), busca quantificar dados e generalizar os resultados da amostra para a população participante do estudo.

Segundo Sampieri *et al.* (2006), o método quantitativo utiliza a coleta e análise de dados para responder às questões de pesquisa e testar as hipóteses previamente estabelecidas, e oferece confiança na medição numérica, na contagem e, frequentemente, no uso de estatística para estabelecer com exatidão os padrões de comportamento de uma população.

Para Richardson *et al.* (2007), a pesquisa quantitativa serve para mensurar tanto atitudes, preferências, comportamentos como opiniões, sendo esse um dos objetivos do presente estudo. Ainda segundo o autor, este tipo de abordagem estabelece uma estrutura pré-determinada ao pesquisado, no sentido de minimizar a heterogeneidade da coleta de dados, o que, segundo ele, apresenta resultados mais confiáveis.

O levantamento descritivo quantitativo de opiniões de pesquisadores sobre a problemática da ética na área das ciências sociais e humanas envolveu variáveis relacionadas com os seguintes construtos.

- Identificar o perfil dos pesquisados da área;
- Concepção sobre Ética em Pesquisa com seres humanos;
- Concepção sobre a necessidade de aprovação do CEP na área do CCSH;
- Interesse e facilidade na busca de Informações sobre ética em pesquisa envolvendo a Plataforma Brasil.

### **3.2 População e sujeitos de pesquisa**

A população deste estudo foi composta pelos docentes pesquisadores que atuam nos programas de Pós-Graduação da área das Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Federal de Santa Maria, composta por 14 cursos de Pós-Graduação conforme mostra a Figura 1.

Doutorado em Administração
Doutorado em Comunicação
Doutorado em Filosofia
Mestrado em Administração
Mestrado em Ciências Sociais
Mestrado em Comunicação
Mestrado em Direito
Mestrado em Economia e Desenvolvimento
Mestrado em Filosofia
Mestrado em História
Mestrado em Psicologia
Mestrado Profissionalizante em Gestão de Organizações
Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Especialização em História do Brasil

Figura 1 - Programas de Pós-Graduação

A pesquisa envolveria um total de 143 docentes pesquisadores. O levantamento foi do tipo censitário, tendo sido aplicado a todos os docentes dos programas considerados neste estudo. A aplicação dos questionários ocorreu nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014. Por ser este um período característico de férias, dos docentes, optou-se, por aguardar o retorno das aulas para o reenvio dos e-mails, concluindo a coleta no mês de março. Desta forma a amostra foi constituída de 44 respondentes, representando um índice de retorno de 32,5 % da população.

### 3.3 Coleta e análise de dados

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário que, conforme define Gil (2008, p. 121), é “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas”. A abordagem da pesquisa foi realizada através do e-mail dos participantes, e como instrumento, utilizou-se um questionário elaborado pela ferramenta online disponível *Google Docs*.

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi encaminhado junto ao e-mail com o questionário, contendo informações quanto aos riscos e benefícios e garantia de anonimato. Porém, não foi necessária a devolução de uma cópia do TCLE assinado pelo participante, por entender-se que, ao responder ao instrumento, o mesmo estaria concordando em participar da pesquisa.

O instrumento utilizado para a coleta e levantamento dos dados foi um questionário, adaptado de Barbosa (2010), que além da apresentação inicial, foi estruturado em quatro partes: a primeira parte (I) refere-se às concepções sobre Ética em Pesquisa com seres humanos. A segunda parte (II) refere-se ao conhecimento sobre Ética em Pesquisa na Área e sobre o Comitê de Ética da Instituição, com itens e graus de concordância numa escala *Likert* de cinco pontos. A terceira parte (III) refere-se à Plataforma Brasil, valendo-se também de uma escala *Likert* de cinco pontos e a quarta parte (IV) é composta por questões referentes ao perfil do docente pesquisador.

A primeira parte (I), Ética em Pesquisa com seres humanos, abordou questões relacionadas à concepção sobre ética em pesquisa com seres humanos, concepção sobre a necessidade da aprovação do CEP na área do CESH e Interesse e facilidade na busca de informações sobre ética em pesquisa.

A segunda parte (II), Conhecimento sobre Comitê de ética, envolveu questões relacionadas aos aspectos éticos fundamentais da pesquisa, exigências das pesquisas envolvendo seres humanos, itens obrigatórios do TCLE, documentos obrigatórios, atribuições do CE, atribuições da CONEP responsabilidade do pesquisador, categorias de pareceres, riscos e benefícios e nível de conhecimento sobre a resolução 466/12.

A terceira parte (III) apresentou questões relacionadas à Plataforma Brasil, que solicitava aos respondentes conhecimentos sobre a facilidade de acesso às informações, elaboração de documentos necessários aos projetos, tempo para utilizar/operar a Plataforma Brasil, dificuldades no uso e operação da PB, facilidade no uso da PB, inserir dados na PB e se a PB é adequada à área de pesquisa utilizada. A quarta parte (IV) parte possui questões relacionadas ao perfil dos respondentes e está composta por variáveis pessoais e funcionais, a saber: sexo, idade, estado civil e atividades de pesquisa.

Visando uma melhor compreensão do instrumento de coleta de dados e facilitar o entendimento na organização das questões e finalidade utilizada neste estudo, elaborou-se o Quadro 1.

PARTES	QUESTÕES	FINALIDADE
<b>Parte I</b>	1, 2, 3	Concepção sobre ética em pesquisa.
<b>Parte II</b>	4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13	Conhecimento sobre Comitê de Ética.
<b>Parte III</b>	14, 15, 16, 17, 18, 19, 20	Conhecimento sobre Plataforma Brasil.
<b>Parte IV</b>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 (perfil)	Identificar gênero, idade, estado civil e atividade de pesquisa.

Quadro 1 - Instrumento de coleta de dados

Após a coleta dos dados, iniciou-se a tabulação dos dados em uma planilha criada no *Microsoft Excel 2007*. Para a análise dos dados, utilizou-se o software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, que, segundo Trindade (2009), corrobora para a mensuração, a organização e o cruzamento das variáveis tendo em vista o atendimento dos objetivos do estudo.

Inicialmente foram realizadas análises estatísticas de frequência relacionadas às variáveis sócio demográficas e sobre o envolvimento com pesquisa dos docentes pesquisadores que responderam o levantamento. Na sequência foram elaboradas as tabelas de distribuição de frequências das demais questões do questionário.

Para efeito de análise e apresentação dos dados algumas escalas foram agrupadas e/ou reagrupadas para facilitar a compreensão dos resultados. Para a variável idade dos participantes, que originalmente constava no questionário como uma questão aberta, foi utilizado um agrupamento de três faixas. De acordo com este critério, outras variáveis tiveram suas escalas ajustadas. De forma semelhante, a escala *Likert*, originalmente com 5 graus, utilizada no que se refere ao conhecimento sobre Ética em Pesquisa nas questões de 4 até a 13 e de 14 até 20, as questões relacionadas à Plataforma Brasil foram agrupadas em 3 graus, a saber : 1 Desconheço ou conheço muito pouco, 2- Conheço pouco e 3 – Conheço totalmente (QUADRO 2).

Questões	Resposta e/ou Escala	Agrupamento de Escala
Faixa Etária (Questão 2 – Perfil)	Resposta descritiva	1 - Até 30 anos 2 - De 31 a 45 anos 3 - Mais de 46 anos
Comitê de Ética (Questões de 4 a 13)	1 - Desconheço 2 - Desconheço em partes 3 - Conheço muito pouco 4 - Conheço pouco 5 - Conheço totalmente	1 - Desconheço ou conheço muito pouco (1,2,3) 2 - Conheço pouco (4) 3 - Conheço totalmente (5)
Plataforma Brasil (Questões de 13 a 20)	1 - Desconheço 2 - Desconheço em partes 3 - Conheço muito pouco 4 - Conheço pouco 5 - Conheço totalmente	1 - Desconheço ou conheço muito pouco (1,2,3) 2 - Conheço pouco (4) 3 - Conheço totalmente (5)

Quadro 2 - Agrupamento e/ou Reagrupamento das Questões

### **3.4 Aspectos éticos**

O projeto de pesquisa foi registrado no Gabinete de Projetos (GAP) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) e no Sistema de Informação para o Ensino (SIE), posteriormente, submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através do site da Plataforma Brasil. Aos participantes do estudo foi garantido o seu anonimato e confidencialidade. Também foi assegurada a possibilidade de desistência de participação na pesquisa a qualquer momento, tendo acesso às informações por eles obtidas e aos resultados do estudo. A pesquisa não apresenta riscos de ordem física ou psicológico. No entanto, não descarta a possibilidade de vir a causar desconforto e ou constrangimento ao responder alguma pergunta. Neste caso o participante da pesquisa deve sentir-se com total autonomia para desistir de responder a pesquisa a qualquer momento, sem que lhe cause qualquer prejuízo. Os benefícios não serão diretos aos participantes. Os pesquisadores comprometem-se a manterem a confidencialidade da identidade dos participantes conforme termo de confidencialidade, privacidade e segurança dos dados, bem como utilizar os dados do estudo somente para fins desta pesquisa, sendo este um aspecto profissional e ético indispensável para a pesquisa acadêmica, em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1 Perfil dos Pesquisadores

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa elencados decorrentes da análise estatística dos dados, obtidos por meio do questionário submetido aos respondentes que permitem, em um primeiro momento, demonstrar e discutir de forma clara, sob os quatro constructos elegidos, os objetivos do estudo começando com o fundamental olhar sobre o perfil dos participantes da pesquisa.

A Tabela 1 refere-se especificamente aos dados pessoais dos participantes da pesquisa, os quais responderam sobre três aspectos relacionados ao sexo, a faixa etária e, ao estado civil. Observa-se neste sentido, um equilíbrio na percentagem de participantes quando se refere ao sexo, sendo que 23 (52,3%), dos respondentes são do gênero masculino, e 21 (47,7%) do gênero feminino. Em relação à faixa etária, pode-se observar que 42 respondentes têm idade acima de 31 anos, equivalente a (95,5%), enquanto que apenas 2 (4,5%), responderam ter até 30 anos, o que demonstra haver um predomínio dos participantes com faixa etária mais elevada. Quanto ao estado civil, dos docentes participantes, observou-se que a maioria, 25, equivalente a (56,8%), são casados, 14, (31,8%), solteiros e 5 (11,4%) encontram-se em outras situações não explicitadas.

Tabela 1 - Dados pessoais

<b>Sexo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>
Feminino	21	47,7
Masculino	23	52,3
<b>Faixa etária</b>		
Até 30 anos	2	4,5
De 31 a 45 anos	19	43,2
Mais de 46 anos	23	52,3
<b>Estado civil</b>		
Solteiro	14	31,8
Casado	25	56,8
Outro	5	11,4

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao tempo de serviço a maioria, 19 (43,2%), dos participantes referiu ter até 10 anos, enquanto que 15, (34,1%) afirmaram ter até 20 anos e, 10, (22,7%), declararam ter mais de 21 anos de atividade na instituição. Quanto ao setor



de trabalho da maioria dos respondentes 19, (43,2%) são lotados no CESH, 4 (9,1%) referiram ter atividade no CT, 2, (4,5%) na Reitoria, 1 (2,3%), atua no CCS. Os demais, 16(36,4%), dos respondentes não informaram seu setor de trabalho, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Dados funcionais

<b>Tempo de serviço na UFSM.</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>
Até 10	19	43,2
De 11 a 20	15	34,1
Mais de 21	10	22,7
<b>Setor em que trabalha.</b>		
Sem Informação	16	36,4
Reitoria	2	4,5
CESSH	19	43,2
CT	4	9,1
CCS	1	2,3
CTISM	2	4,5

**Fonte: Dados da pesquisa**

Com relação á produtividade, a maioria dos participantes 40, (90,9%), respondeu não ser bolsista de produtividade do CNPq, sendo que 23 (52,3%), afirmaram ter projetos de pesquisa com financiamento externo e 25 (56,8%), participam de grupos de pesquisa de outras instituições. Ainda, 25 (56,8%), responderam exercer liderança em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.

No que se refere ao tempo em que trabalham com projetos de pesquisa, 19 (42,1%), referem atuar nesta atividade, entre 11 e 20 anos. Quanto ao número de horas dedicadas aos projetos de pesquisa, 27(61,4%), afirmam dedicarem-se, de 1 a 10 horas nesta finalidade. Os dados revelam que a maioria dos pesquisadores respondentes, tem um número expressivo de horas dedicadas a atividade com pesquisa, conforme mostra a Tabela 3. Os dados elencados na tabela abaixo demonstram não haver uma sintonia entre o número de horas dedicadas a pesquisa em relação ao volume de projetos que são submetidos à apreciação do CEP.

Tabela 3 - Atividade com Pesquisa

<b>É bolsista de produtividade CNPq?</b>		<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>
Sim		4	9,1
Não		40	90,9
<b>Possui projetos de pesquisa com financiamento externo (CNPq, FAPERGS, entre outros)?</b>			
Sim		23	52,3
Não		21	47,7
<b>Participa de grupos de pesquisa de outras instituições?</b>			
Sim		25	56,8
Não		19	43,2
<b>É líder de grupo de pesquisa cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq?</b>			
Sim		25	56,8
Não		19	43,2
<b>Há quanto tempo você trabalha com projeto de pesquisa?</b>			
De 1 a 10 anos		17	38,7
De 11 a 20 anos		19	42,1
Mais de 20 anos		8	18,2
<b>Quantas horas semanais você dedica aos seus projetos de pesquisa? (Horas)</b>			
De 1 a 10 horas		27	61,4
De 11 a 20 horas		14	31,8
De 21 a 30 horas		3	6,8

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao envolvimento de alunos em seus grupos de pesquisa, verificou-se que a maioria dos respondentes, 22 (50,0%), tem cinco ou mais alunos de graduação envolvidos, 19 (43,2%), dos pesquisados responderam que cinco ou mais alunos de pós-graduação estão envolvidos em seus grupos de pesquisa. Por outro lado, verifica-se, que 2 (4,5%) dos pesquisados, afirmam não contar com nenhum aluno de graduação envolvidos, enquanto que, 5 (11,4%), referiram não envolver nenhum aluno de pós-graduação em seus grupos de pesquisa, conforme está demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Alunos envolvidos em projetos.

<b>Alternativas</b>	<b>Quantos alunos de graduação estão envolvidos no seu(s) grupo(s) de pesquisa?</b>		<b>Quantos alunos de pós-graduação estão envolvidos no seu(s) grupo(s) de pesquisa?</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>
Nenhum	2	4,5	5	11,4
Um	6	13,6	5	11,4
Dois	4	9,1	8	18,2
Três	5	11,4	3	6,8
Quatro	5	11,4	4	9,1
Cinco ou Mais	22	50,0	19	43,2

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao envolvimento de docentes do mesmo departamento no grupo de pesquisa, 9 (20,5%), afirmaram não haver nenhum docente envolvido, já 35 (79,5%) referiram ter um ou mais docentes envolvidos. Quanto a docentes de outros departamentos da UFSM, envolvidos em grupos de pesquisa, 24 (54,5%), afirmaram não envolver nenhum docente, enquanto que 20 (45,5%), responderam ter um ou mais docentes de outros departamentos. No que se refere ao envolvimento de participantes externos, 16(36,4%), declararam não haver nenhum docente com envolvimento em seus grupos de pesquisa, já 28 (63,6%), referem ter um ou mais docentes externos nos seus grupos de pesquisa., conforme está demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Docentes envolvidos em pesquisa.

<b>Quantos docentes do mesmo departamento estão envolvidos no seu(s) grupo(s) de pesquisa?</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(%)</b>
Nenhum	9	20,5
Um	8	18,2
Dois	9	20,5
Três	11	25,0
Quatro	4	9,1
Cinco ou Mais	3	6,8
<b>Quantos docentes de outros departamentos da UFSM estão envolvidos no seu(s) grupo(s) de pesquisa?</b>		
Nenhum	24	54,5
Um	5	11,4
Dois	8	18,2
Três	5	11,4
Quatro	2	4,5
<b>Quantos participantes externos estão envolvidos no seu(s) grupo(s) de pesquisa?</b>		
Nenhum	16	36,4
Um	7	15,9
Dois	8	18,2
Três	3	6,8
Quatro	3	6,8
Cinco ou Mais	7	15,9

**Fonte: Dados da pesquisa**

Observa-se que apesar de haver uma incipiente interação entre os docentes pesquisadores, há ainda, espaço para o desenvolvimento de parcerias, tanto entre os departamentos, quanto de participantes externos nos grupos de pesquisa.

## 4.2 Concepções sobre Ética em Pesquisa

Com relação aos elementos da concepção apenas 25 pesquisadores declararam que a ética em pesquisa é importante para proteger a si e aos sujeitos da pesquisa, representando 56,8% dos respondentes. Destaca-se que 15,9% acham importante apenas, para atender as exigências institucionais e de editores de periódicos científicos. Neste aspecto, esse resultado sugere que há uma maior preocupação com os aspectos formais exigidos, assim como, para o enriquecimento de currículos por meio das publicações; 9,1% não tem clareza sobre a sua importância em suas áreas de interesse e 6,8 % não acham importante além das questões relacionadas à científicidade e honestidade do pesquisador. Verifica-se, portanto que 43,2% dos pesquisadores que responderam não ter uma concepção correspondente aos aspectos éticos essenciais da ética em pesquisa, denotando apenas preocupação burocrática ou sem importância.

De acordo com a Figura 2, com relação à concepção sobre ética em pesquisa para 25 pesquisadores, tem importância para sua própria proteção e dos sujeitos da pesquisa, representando (56,8%), enquanto que 7 (15,9%), responderam ser importante apenas para atender as exigências institucionais e de editores de periódicos científicos. Não acho importante além das questões relacionadas à científicidade e honestidade do pesquisador, foi a opção apontada por 5 (11,4%), dos respondentes.

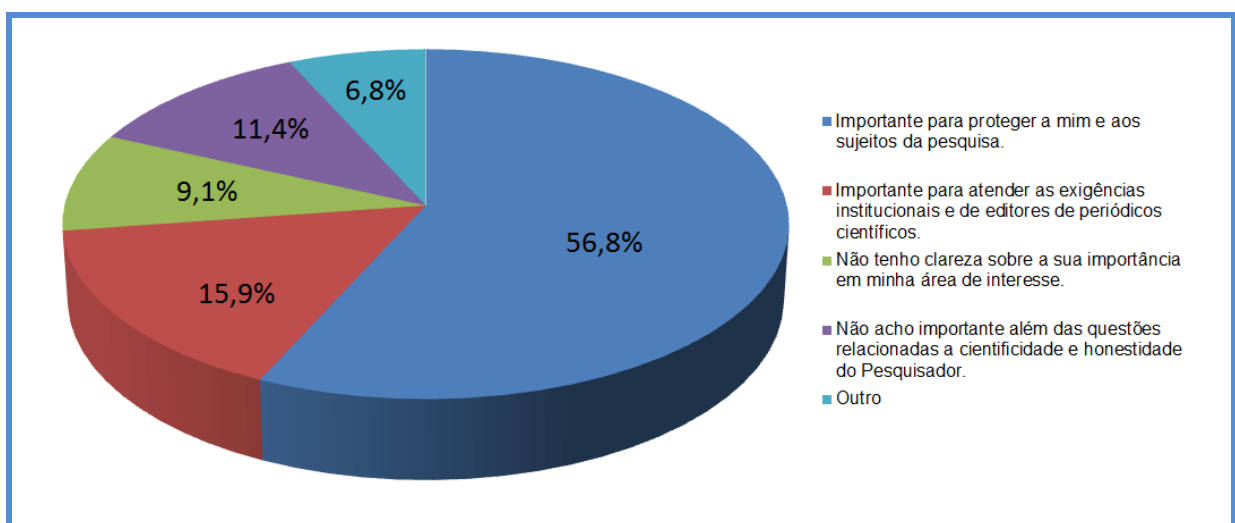


Figura 2 - Concepção sobre ética em pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda, 4 (9,1%), afirmam não ter clareza sobre a importância da concepção de ética na sua área de interesse, sendo que 3 (6,8%), marcaram a opção “outro” por não concordar com nenhuma das opções elencadas.

Neste item, fica evidente a maior preocupação dos pesquisadores com sua própria proteção e dos sujeitos da pesquisa, vindo a seguir, a alternativa cumprir as exigências dos periódicos científicos. O aspecto mais preocupante em relação aos dados obtidos é, sem dúvida, o elevado percentual de respondentes (27,3 %) que afirmaram não ter clareza, não achar importante nas respectivas áreas de interesse ou ainda, aqueles que não encontraram entre as alternativas colocadas, aquela que traduzisse as opiniões dos mesmos sobre a importância da concepção sobre ética em pesquisa.

Sobre a necessidade de aprovação dos projetos de pesquisa pelo CEP, na área das ciências humanas, destaca-se que a maioria, 27 (61,4%), dos docentes pesquisadores respondeu ser opcional em sua área de atuação e, apenas 17 (38,6%), afirmaram ser necessária, conforme mostra a Figura 2. Pelos dados obtidos verifica-se um percentual expressivo de pesquisadores que declararam ser irrelevante a submissão de seus projetos ao Comitê de Ética em Pesquisa.

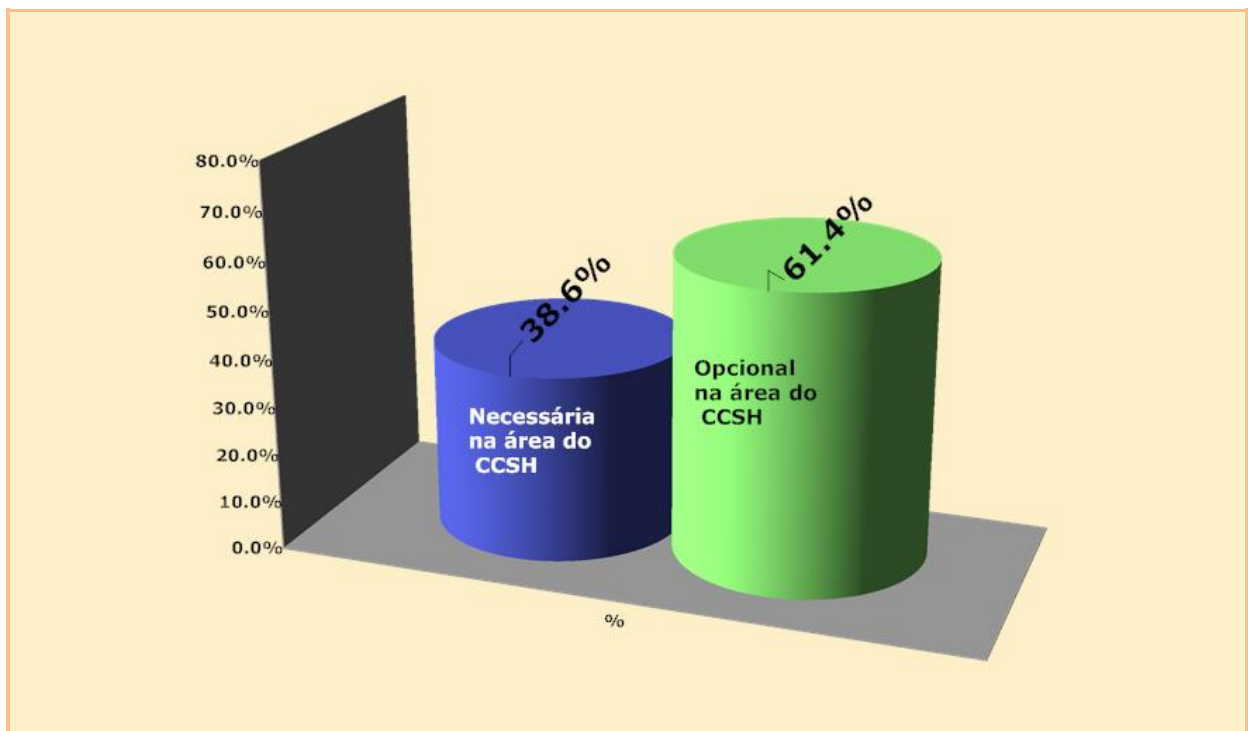


Figura 3 - Necessidade de aprovação do CEP na área  
Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se neste sentido uma relativa ação do valor atribuído, e a importância fundamental quanto à submissão dos projetos aos Comitês de Ética, o que revela desconhecimento e/ou erro de avaliação quanto a esta indissociável etapa da pesquisa, a qual jamais deveria ser entendida apenas como adequação a normas burocráticas, mas, isto sim, como uma instância indispensável no sentido de oferecer novos olhares que venham somar na busca, tanto de resguardar todos os participantes como também garantir a efetividade das pesquisas.

Na Tabela 6, observa-se pelas alternativas apontadas para análise das respostas, sobre o interesse e a facilidade na busca de informações que, 24 respondentes (54,5%), afirmaram que buscaram e conseguiram com facilidade às informações necessárias sobre ética em pesquisa, já 12 (27,3%), dizem que embora tenham buscado, não conseguiram com facilidade as informações. Ainda, outros 8 respondentes, (18,2%), informaram que nunca tiveram interesse em buscar informações sobre ética em pesquisa.

Tabela 6 - Interesse e facilidade na busca de informações.

Alternativas	Frequência	Percentual	Percentual cumulativa
Busquei e consegui com facilidade as informações necessárias sobre ética em pesquisa.	24	54,5	54,5
Busquei e não consegui com facilidade as informações necessárias sobre ética em pesquisa.	12	27,3	81,8
Nunca tive interesse em buscar informações sobre ética em pesquisa.	8	18,2	100,0
Total	44	100,0	

**Fonte: Dados da pesquisa**

Neste item relacionado ao interesse e facilidade na busca de informações, percebe-se que existe uma lacuna a ser preenchida por um trabalho de capacitação, que venha contemplar e oferecer as ferramentas legais e adequadas à elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de pesquisa. Evidencia-se, além de pouco conhecimento das normas e resoluções que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos, existir também pouco interesse de uma parcela expressiva dos respondentes, em relação à busca de informações sobre os aspectos éticos que devem nortear as pesquisas.

### 4.3 Conhecimento sobre Comitê de Ética

A Tabela 7, valendo-se da escala *Likert*, apresenta, elencando os resultados em ordem decrescente nas percentagens obtidas, derivadas das questões relacionadas ao grau de Conhecimento que os docentes pesquisadores da área do CCSH têm sobre Comitê de Ética. A tabela foi estruturada em 10 questões, de 4 a 13, para facilitar a descrição, as assertivas foram aglutinadas em: desconheço ou conheço muito pouco, conheço pouco e conheço totalmente.

A questão nº 10, cuja assertiva trata da Responsabilidade do pesquisador na operacionalização da pesquisa, 21 pesquisadores respondentes (47,73%), afirmaram conhecer totalmente, enquanto que 23 (52,28%) desconhecem, conhecem muito pouco ou conhecem pouco. Quanto à questão nº 6, que trata sobre os itens obrigatórios do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, 17 pesquisados (38,64%) disseram conhecer totalmente, já 27 (41,36%) desconhecem, conhecem muito pouco, ou conhecem pouco.

Tabela 7 - Conhecimento sobre Comitê de ética

Questões	Desconheço ou Conheço muito Pouco		Conheço Pouco		Conheço Totalmente	
	Total	%	Total	%	Total	%
10. Responsabilidade do pesquisador na operacionalização da pesquisa.	10	22,73	13	29,55	21	47,73
6. Itens obrigatórios do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.	16	36,36	11	25	17	38,64
4. Aspectos éticos fundamentais da Pesquisa.	13	29,55	16	36,36	15	34,09
12. Riscos e benefícios envolvidos nas pesquisas com seres humanos.	14	31,82	15	34,09	15	34,09
7. Documentos obrigatórios do Protocolo de Pesquisa.	19	43,18	10	22,73	15	34,09
5. Exigências das Pesquisas envolvendo seres humanos.	14	31,82	18	40,91	12	27,27
8. Atribuições do CEP.	22	50	11	25	11	25
11. Categorias de pareceres.	24	54,55	12	27,27	8	18,18
13. Em termos gerais, qual seu nível de conhecimento sobre a resolução 466/12?	26	59,09	10	22,73	8	18,18
9. Atribuições da CONEP.	24	54,55	15	34,09	5	11,36

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à questão nº4, assertiva referente aos Aspectos éticos fundamentais da Pesquisa, 15 respondentes (34,09%) referem conhecer totalmente, 29 (65,91%), desconhece, conhecem muito pouco ou conhecem pouco.

Quando o enfoque é o conhecimento sobre Riscos e benefícios envolvidos nas pesquisas com seres humanos, no caso da questão nº12, 15 dos pesquisadores (34,09%), conhecem totalmente, mas (65,91%), desconhecem, conhecem muito pouco ou conhecem pouco. Já a questão nº 7 que trata dos Documentos obrigatórios do Protocolo de Pesquisa, (34,09%) dos respondentes, afirmaram conhecer totalmente, por outro lado, 29 (65,91%) desconhecem, conhecem muito pouco ou conhecem pouco. A questão nº 5, que indaga sobre o conhecimento das Exigências das Pesquisas envolvendo seres humanos, apresentou 12 respondentes, equivalentes a (27,27%), que optaram pela assertiva conheço totalmente, enquanto outros 32 que equivalem (72,73%), desconhecem, conhecem muito pouco ou, conhecem pouco.

A assertiva relacionada às Atribuições do CEP, 11 dos pesquisados, (25%), conhecem totalmente, e, marcaram as assertivas desconhecem, conhecem muito pouco, ou conhecem pouco, 33 (75%). O item, que avalia o conhecimento sobre as categorias de pareceres obteve os seguintes resultados, apenas 8 (18,18%), pesquisadores, responderam conhecer totalmente, enquanto que 36 (81,82%), desconhecem, conhecem muito pouco ou conhece pouco.

No que se refere ao fato, nível de conhecimento sobre a Res. 466/12, somente 8 pesquisados, (18,18%), responderam conhecer totalmente, mas maioria 36 (81,82%) respondeu que desconhece, conhece muito pouco ou conhece pouco. A questão nº 9, que se refere às Atribuições da CONEP, expõe uma preocupante parcela de pesquisadores que não detém as informações básicas para elaborar seus projetos de pesquisa conforme as normas da Res. 466/12.

Estas informações evidenciam, portanto, um dado preocupante quanto aos resultados, onde os itens questionados em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como riscos e benefícios, os quais já deveriam estar intrínsecos quando as questões estivessem relacionadas aos mesmos e, aos aspectos éticos, itens fundamentais na elaboração de uma pesquisa, uma vez que as respostas apontam para um total desconhecimento por parte dos docentes participantes.



Os índices apresentados neste item deixam claro, que a maioria absoluta dos respondentes não tem domínio e nem demonstram interesse em apropriarem-se dos subsídios que os orientem no sentido de observar as normas legais vigentes do sistema CEP/CONEP. Observa-se, portanto, que em todos os itens referentes ao conhecimento sobre Comitê de Ética, nenhuma resposta obteve pelo menos a metade dos respondentes afirmando que conhecem totalmente. A maioria absoluta declarou que conhecem pouco ou muito pouco sobre o assunto questionado.

#### **4.4 Plataforma Brasil**

A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP. Este sistema permite que sejam apresentados documentos também em meio digital, propiciando ainda à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. É possível acessar, por meio de um ambiente compartilhado, às informações em conjunto, diminuindo de forma significativa o tempo de trâmite dos projetos em todo o sistema CEP/CONEP. Neste sentido, foram formuladas várias questões referentes ao uso e o conhecimento deste sistema pelos pesquisadores da área das ciências sociais e humanas da UFSM, cujos resultados encontram-se a seguir descritos e discutidos.

A Tabela 8 também se utiliza da escala *Likert* para apresentar os resultados elencados em ordem decrescente nas percentagens obtidas, derivadas das questões relacionadas ao grau de Conhecimento sobre Plataforma Brasil. A tabela foi estruturada em 07 questões, de 14 a 20, contendo as alternativas: Desconheço ou conheço muito pouco; Conheço pouco e Conheço totalmente. Para facilitar a descrição e o entendimento em relação às respostas, foram aglutinadas as assertivas Desconheço ou conheço muito pouco.

A questão nº 16 demonstrou um número elevado de pesquisadores que necessitaram de muito tempo para aprender e/ou utilizar a Plataforma Brasil, 33 (75%), assinalaram esta assertiva, enquanto que apenas 11 (25%) declararam não necessitar de muito tempo para utilizar esta ferramenta. Quando a questão se reportava a facilidade em utilizar a Plataforma Brasil, com clareza, sem confundir-se, no caso a questão nº17, 34 pesquisadores, (77,28%), afirmou encontrar dificuldade

para operacionalizar/utilizar a mesma, para (22,73%), o que equivale a 10 pesquisadores, disseram não se confundir ao utilizar a Plataforma Brasil. Em relação à questão nº 19 que também questionava a facilidade em inserir dados na Plataforma, 34 pesquisadores (77,27%), encontraram dificuldades nestas operações. Quanto a questão nº18, que avaliava o grau de dificuldade em usar essa ferramenta, 35 respondentes, equivalente a 79,74%), não consideram fácil o acesso, já outros 9 pesquisadores, (20,45%), consideram fácil a utilização deste sistema.

Tabela 8 - Conhecimento sobre a Plataforma Brasil

Questões	Desconheço ou Conheço muito Pouco		Conheço Pouco		Conheço Totalmente	
	Total	%	Total	%	Total	%
16. Foi necessário muito tempo para eu aprender a utilizar/operar a Plataforma Brasil.	24	54,55	9	20,45	11	25
17. Eu frequentemente me confundo ao utilizar/operar a PB.	24	54,55	10	22,73	10	22,73
19. Eu facilmente consigo inserir dados na PB.	25	56,82	9	20,45	10	22,73
18. Eu considero a PB fácil de usar.	27	61,36	8	18,18	9	20,45
15. É fácil a elaboração dos documentos necessários à submissão dos projetos de pesquisa ao CEP.	27	61,36	11	25	6	13,64
14. É fácil acessar as informações no site do CEP.	24	54,55	14	31,82	6	13,63
20. A PB é adequada a minha área de pesquisa.	35	79,55	5	11,36	4	9,09

**Fonte: Dados da pesquisa**

O item 15, também avaliava quanto à facilidade no preenchimento dos documentos necessários a submissão dos projetos ao CEP pela Plataforma Brasil, obteve como resposta de 38 pesquisadores, (86,36%), que encontraram dificuldade na elaboração dos documentos, enquanto que apenas 6 pesquisadores respondentes, (13,64%) acharam fácil a elaboração destes documentos para a submissão ao CEP pela PB. Já a questão nº 14, referia-se quanto à facilidade de encontrar as informações disponibilizadas no site do CEP sobre a PB, para 38 pesquisadores, (86,37%) avaliaram como não sendo fácil acessar estas informações, mas apenas 6 pesquisadores disseram encontrar com facilidade as informações necessárias a PB no site do CEP.

Ao serem questionados se a Plataforma Brasil é adequada a sua área de pesquisa, 40 (86,36%), pesquisadores responderam não ser adequada a sua área de atuação. Apenas 4 respondentes disseram que a PB é adequada a sua área conforme resultados apresentados na questão 20.

#### 4.5 Cruzamento de Concepções, Conhecimentos e Plataforma Brasil com dados de perfil dos respondentes.

##### 4.5.1. Concepção sobre ética em pesquisa

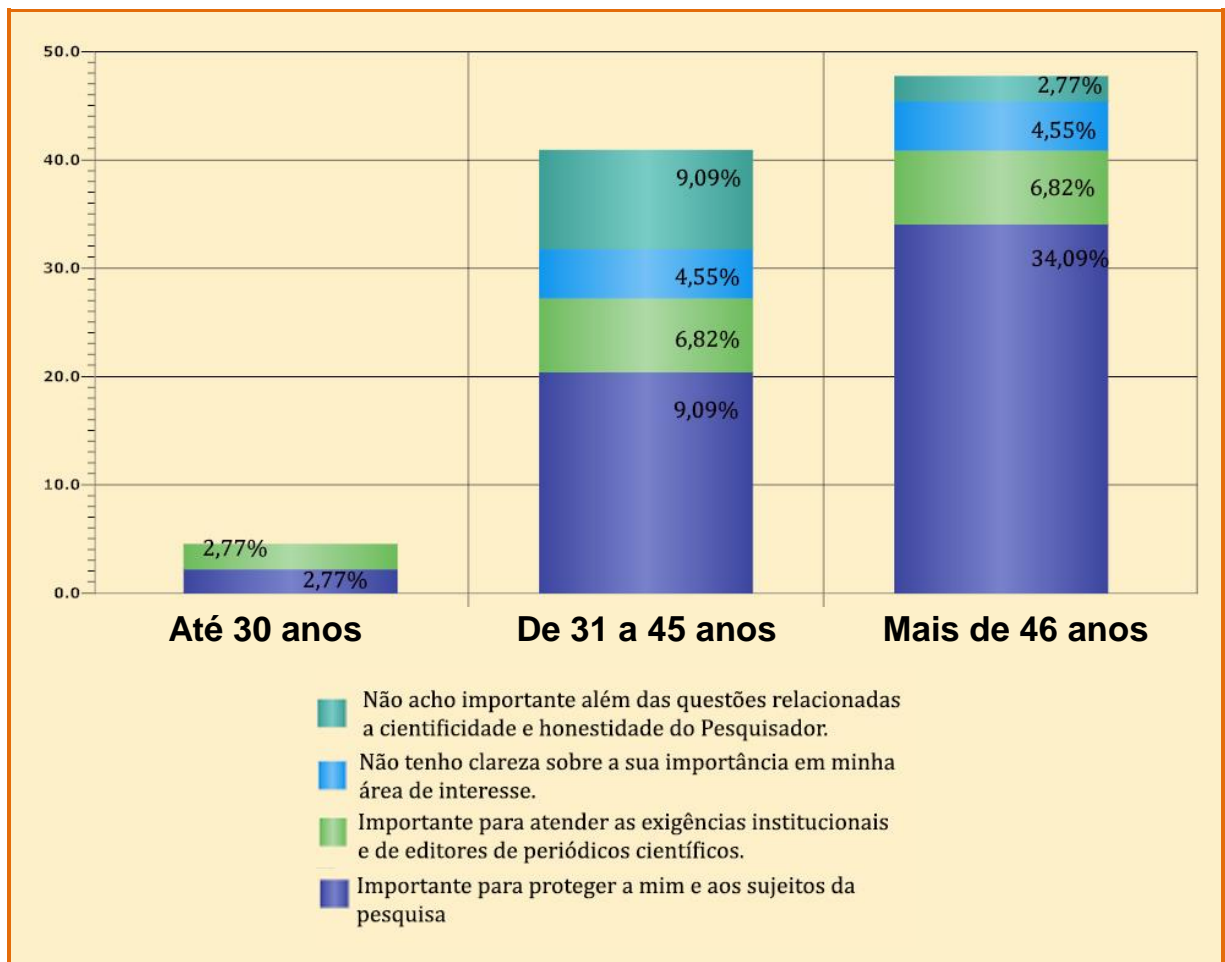


Figura 4 - Concepção sobre ética em Pesquisa - Faixa etária

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 9 – Bolsista de Produtividade X Pesquisa Financiada

Concepções	Bolsista de Produtividade (%)		Pesquisa Financiada (%)	
	C/Bolsa	S/Bolsa	C/Bolsa	S/Bolsa
<b>Concepção sobre ética em pesquisa com seres humanos</b>				
Importante para proteger a mim e aos sujeitos da pesquisa.	2,27	54,55	29,55	27,27
Importante para atender as exigências institucionais e de editores de periódicos científicos.	2,27	13,64	4,55	11,36
Não tenho clareza sobre a sua importância em minha área de interesse.		9,09		9,09
Não acho importante além das questões relacionadas a cientificidade e honestidade do Pesquisador.	2,27	9,09	11,36	
Outro	2,27	4,55	6,82	
<b>Concepção sobre a necessidade da aprovação do CEP na área do CCSH</b>				
Necessária na área do CCSH		38,64	27,27	11,36
Opcional na área do CCSH	9,09	52,27	25,00	36,36
<b>Interesse e facilidade na busca de informações sobre ética em pesquisa</b>				
Busquei e consegui com facilidade as informações necessárias sobre ética em pesquisa.	4,55	50,00	29,55	25,00
Busquei e não consegui com facilidade as informações necessárias sobre ética em pesquisa.	4,55	22,73	18,18	9,09
Nunca tive interesse em buscar informações sobre ética em pesquisa.		18,18	4,55	13,64

**Fonte: Dados da pesquisa**

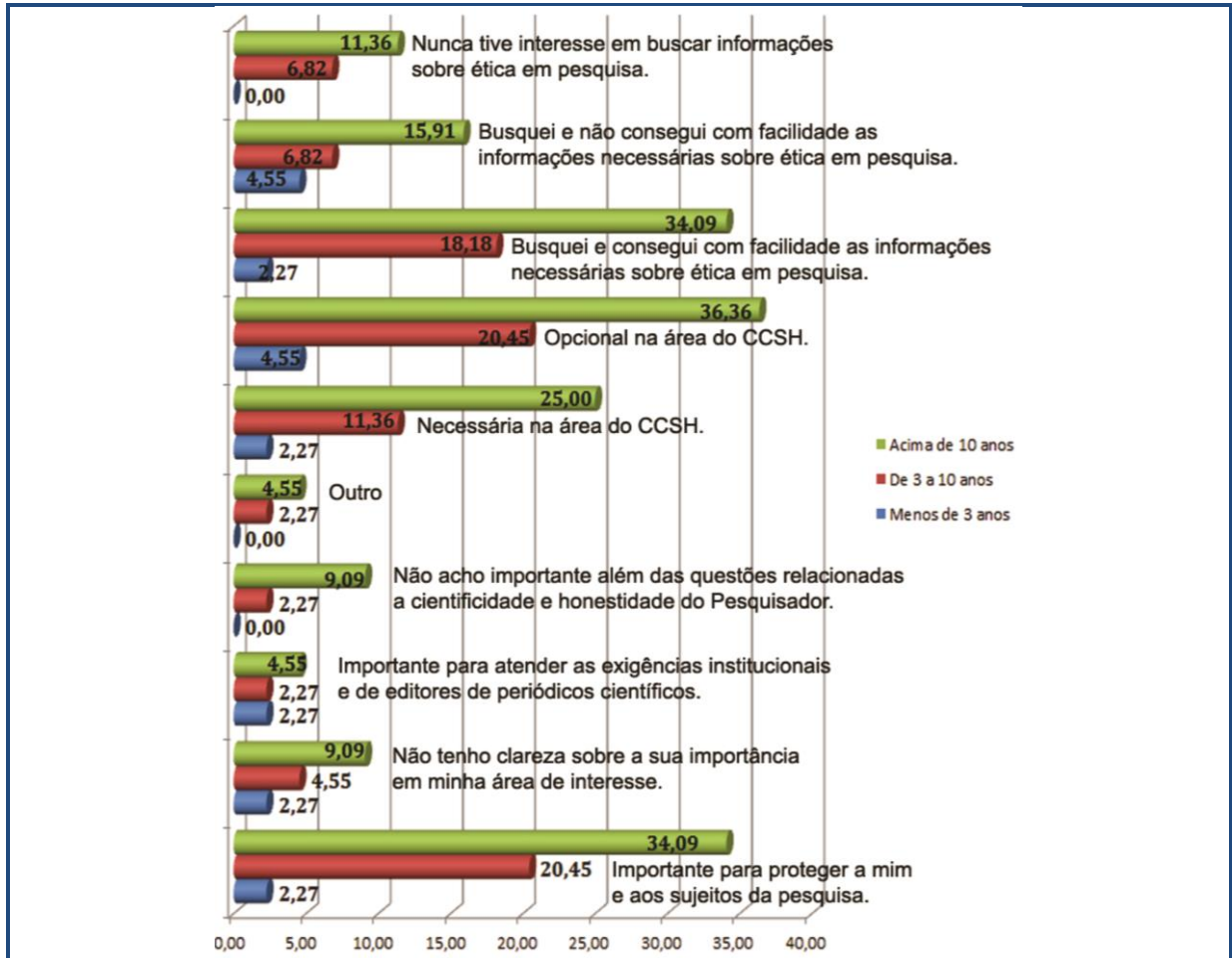


Figura 5 - Concepção – Tempo de pesquisa  
 Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 10 expõe resultados um tanto quanto homogêneos ao efetuar os cruzamentos entre faixa etária e conhecimentos sobre o CEP. Há um preocupante predomínio nas respostas dos pesquisadores que admitem desconhecer, conhecer muito pouco ou conhecer pouco, os ritos indispensáveis à submissão de projetos de pesquisa junto ao órgão avaliador. A exceção ficou por conta da questão do conhecimento do pesquisador em relação a sua responsabilidade na operacionalização da pesquisa, que obteve em resultado positivo entre os docentes com mais de 46 anos.

Tabela 10 - Conhecimentos - Faixa Etária

Conhecimentos	Faixa Etária (%)		
	até 30 anos	de 31 a 45 anos	mais de 46 anos
<b>Aspectos éticos fundamentais da Pesquisa</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	13,64	11,36
Conheço pouco	0	13,64	22,73
Conheço totalmente	0	15,91	18,18
<b>Exigências das Pesquisas envolvendo seres humanos</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	2,27	13,64	15,91
Conheço pouco	2,27	15,91	22,73
Conheço totalmente	0	13,64	13,64
<b>Itens obrigatórios do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	2,27	22,73	11,36
Conheço pouco	0	4,55	20,45
Conheço totalmente	2,27	15,91	20,45
<b>Documentos obrigatórios do Protocolo de Pesquisa</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	2,27	27,27	13,64
Conheço pouco	2,27	2,27	18,18
Conheço totalmente	0	13,64	20,45
<b>Atribuições do CEP</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	29,55	15,91
Conheço pouco	0	2,27	22,73
Conheço totalmente	0	11,36	13,64
<b>Atribuições da CONEP</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	31,82	18,18
Conheço pouco	0	6,82	27,27
Conheço totalmente	0	4,55	6,82
<b>Responsabilidade do pesquisador na operacionalização da pesquisa.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	2,27	11,36	9,09
Conheço pouco	2,27	15,91	11,36
Conheço totalmente	0	15,91	31,82
<b>Categorias de pareceres</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	29,55	20,45
Conheço pouco	0	6,82	20,45
Conheço totalmente	0	6,82	11,36
<b>Riscos e benefícios envolvidos nas pesquisas com seres humanos.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	2,27	15,91	13,64
Conheço pouco	2,27	13,64	18,18
Conheço totalmente	0	13,64	20,45
<b>Em termos gerais, qual seu nível de conhecimento sobre a resolução 196/96?</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	31,82	22,73
Conheço pouco	0	6,82	15,91
Conheço totalmente	0	4,55	13,64

Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de trabalho com pesquisa, apesar dos resultados pouco animadores exibidos na Tabela 11, onde novamente os respondentes que afirmam desconhecer, ou conhecer muito pouco e conhecer pouco sobre a questão colocada compõem a ampla maioria, apresentou como saldo positivo um aumento, gradual e diretamente proporcional ao tempo de vivência na instituição, do índice que representa os

pesquisadores que se declaram ter domínio de conhecimentos essenciais à atividade científica.

Tabela 11 - Conhecimentos - Tempo de Pesquisa

Conhecimentos	Tempo de Pesquisa (%)		
	Menor que 3 anos	De 3 a 10 anos	Acima de 10 anos
<b>Aspectos éticos fundamentais da Pesquisa</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	18,18	6,82
Conheço pouco	2,27	4,55	29,55
Conheço totalmente	0,00	9,09	25,00
<b>Exigências das Pesquisas envolvendo seres humanos</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	13,64	13,64
Conheço pouco	2,27	11,36	27,27
Conheço totalmente	0	6,82	20,45
<b>Itens obrigatórios do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	6,82	15,91	13,64
Conheço pouco	0	4,55	20,45
Conheço totalmente	0	11,36	27,27
<b>Documentos obrigatórios do Protocolo de Pesquisa</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	15,91	22,73
Conheço pouco	2,27	6,82	13,64
Conheço totalmente	0	9,09	25,00
<b>Atribuições do CEP</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	22,73	22,73
Conheço pouco	2,27	4,55	18,18
Conheço totalmente	0	4,55	20,45
<b>Atribuições da CONEP</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	22,73	27,27
Conheço pouco	0	4,55	29,55
Conheço totalmente	2,27	4,55	4,55
<b>Responsabilidade do pesquisador na operacionalização da pesquisa.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	6,82	13,64	2,27
Conheço pouco	0	6,82	22,73
Conheço totalmente	0	11,36	36,36
<b>Categorias de pareceres</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	25,00	25,00
Conheço pouco	0	2,27	25,00
Conheço totalmente	2,27	4,55	11,36
<b>Riscos e benefícios envolvidos nas pesquisas com seres humanos.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	11,36	15,91
Conheço pouco	2,27	11,36	20,45
Conheço totalmente	0	9,09	25,00
<b>Em termos gerais, qual seu nível de conhecimento sobre a resolução 196/96?</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	25,00	29,55
Conheço pouco	0	0	22,73
Conheço totalmente	2,27	6,82	9,09

Fonte: Dados da pesquisa

Quando os questionamentos versam sobre a relação entre Pesquisa Financiada e Bolsista de Produtividade e financiamento das mesmas, a tabela 12 aponta para uma tendência hegemônica, no sentido de expor com clareza, a

supremacia do número de respondentes que dispõe deste aporte financeiro em relação aos demais. Os resultados obtidos em relação à proposta colocada nesta questão devem estar intimamente ligados às normas e exigências dos órgãos oficiais de fomento e avaliação dos projetos, os quais exigem a adequação rigorosa dos mesmos.

Quando às questões fazem referência ao fato de o pesquisador ser ou não bolsista de produtividade e, correlacionando-se com o nível de conhecimento sobre Comitê de Ética em Pesquisa, os resultados expostos na tabela 12, são particularmente preocupantes, pois há uma predominância, que não pode e não deve passar despercebida, de respondentes que afirmaram desconhecer ou conhecer muito pouco ou conhecer pouco sobre os aspectos vitais a elaboração e implementação de um projeto de pesquisa.



Tabela 12 - Conhecimentos - Pesquisa Financiada X Bolsista Produtividade

Conhecimentos	Pesquisa Financiada (%)		Bolsista Produtividade (%)	
	C/Finan.	S/Finan.	C/Bolsa	S/Bolsa
<b>Aspectos éticos fundamentais da Pesquisa</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	9,09	20,45	4,55	25,00
Conheço pouco	22,73	13,64	0	36,36
Conheço totalmente	20,45	13,64	4,55	29,55
<b>Exigências das Pesquisas envolvendo seres humanos</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	11,36	20,45	4,55	27,27
Conheço pouco	25,00	15,91	2,27	38,64
Conheço totalmente	15,91	11,36	2,27	25,00
<b>Itens obrigatórios do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	13,64	22,73	4,55	31,82
Conheço pouco	15,91	9,09	2,27	22,73
Conheço totalmente	22,73	15,91	2,27	36,36
<b>Documentos obrigatórios do Protocolo de Pesquisa</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	22,73	20,45	4,55	38,64
Conheço pouco	9,09	13,64	4,55	18,18
Conheço totalmente	20,45	13,64	0	34,09
<b>Atribuições do CEP</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	22,73	27,27	6,82	43,18
Conheço pouco	13,64	11,36	2,27	22,73
Conheço totalmente	15,91	9,09	0	25,00
<b>Atribuições da CONEP</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	27,27	27,27	6,82	43,18
Conheço pouco	18,18	15,91	2,27	22,73
Conheço totalmente	6,82	4,55	0	25,00
<b>Responsabilidade do pesquisador na operacionalização da pesquisa.</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	9,09	13,64	4,55	18,18
Conheço pouco	9,09	20,45	0	29,55
Conheço totalmente	34,09	13,64	4,55	43,18
<b>Categorias de pareceres</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	27,27	27,27	4,55	50,00
Conheço pouco	11,36	15,91	0	27,27
Conheço totalmente	13,64	4,55	4,55	13,64
<b>Riscos e benefícios envolvidos nas pesquisas com seres humanos.</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	15,91	15,91	2,27	29,55
Conheço pouco	15,91	18,18	2,27	31,82
Conheço totalmente	20,45	13,64	4,55	29,55
<b>Em termos gerais, qual seu nível de conhecimento sobre a resolução 196/96?</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	29,55	29,55	6,82	52,27
Conheço pouco	11,36	11,36	2,27	20,45
Conheço totalmente	11,36	6,82	0	18,18

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.5.4 Plataforma Brasil

A tabela 13 ao apresentar os resultados obtidos através dos cruzamentos do Conhecimento sobre a Plataforma Brasil e faixa etária, não revela nenhuma tendência que possa ser tomada como indício de mudança significativa em relação às anteriores. Observa-se mais uma vez um número majoritário de pesquisadores que afirmaram encontrar inúmeras dificuldades ao utilizarem esta ferramenta, única forma disponível á submissão de projetos de pesquisa e, sendo a inadequação da plataforma Brasil em suas áreas de pesquisa a afirmativa mais contundente.

Tabela 13 - Plataforma Brasil - Faixa Etária

Plataforma Brasil	Faixa Etária (%)		
	até 30 anos	de 31 a 45 anos	mais de 46 anos
<b>É fácil acessar as informações no site do CEP</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	29,55	20,45
Conheço pouco	0	11,36	20,45
Conheço totalmente	0	2,27	11,36
<b>É fácil a elaboração dos documentos necessários a submissão dos projetos de pesquisa ao CEP.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	38,64	18,18
Conheço pouco	0	4,55	20,45
Conheço totalmente	0	0	13,64
<b>Foi necessário muito tempo para eu aprender a utilizar/operar a Plataforma Brasil.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	2,27	34,09	18,18
Conheço pouco	0	9,09	11,36
Conheço totalmente	2,27	0	22,73
<b>Eu frequentemente me confundo ao utilizar/operar a PB.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	2,27	36,36	15,91
Conheço pouco	2,27	6,82	13,64
Conheço totalmente	0	0	22,73
<b>Eu considero a PB fácil de usar.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	38,64	18,18
Conheço pouco	0	4,55	13,64
Conheço totalmente	0	0	20,45
<b>Eu facilmente consigo inserir dados na PB.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	34,09	18,18
Conheço pouco	0	6,82	13,64
Conheço totalmente	0	2,27	20,45
<b>A PB é adequada a minha área de pesquisa..</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	40,91	34,09
Conheço pouco	0	2,27	9,09
Conheço totalmente	0	0	9,09

Fonte: Dados da pesquisa

As tabelas 14 e 15 ao reproduzirem os cruzamentos em relação ao conhecimento sobre a Plataforma Brasil com respectivamente o tempo de trabalho

com pesquisa, Pesquisa Financiada e ou Bolsista de Produtividade evidenciou resultados semelhantes às tabelas anteriores, ou seja, mais uma vez ficou claro o alto grau de dificuldades em operacionalizar essa ferramenta, podendo sugerir uma falta de interesse em buscar as soluções nos canais disponíveis, que podem ser acessados quando necessário. Ressalta-se, no entanto, a existência de um dado que se pode considerar positivo na correlação tempo de trabalho com pesquisa X pesquisa financiada, bolsista de pesquisa, é a constatação de que os pesquisadores com mais tempo, acima de dez anos, já dominam com facilidade as ferramentas necessárias ao encaminhamento de projetos.

Tabela 14 - Plataforma Brasil - Tempo de Pesquisa

Plataforma Brasil	Tempo de Pesquisa (%)		
	Menos que 3 anos	De 3 a 10 anos	Acima de 10 anos
<b>É fácil acessar as informações no site do CEP</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	20,45	29,55
Conheço pouco	0	9,09	22,73
Conheço totalmente	2,27	2,27	9,09
<b>É fácil a elaboração dos documentos necessários a submissão dos projetos de pesquisa ao CEP.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	25,00	31,82
Conheço pouco	0	6,82	18,18
Conheço totalmente	2,27	0	11,36
<b>Foi necessário muito tempo para eu aprender a utilizar/operar a Plataforma Brasil.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	22,73	27,27
Conheço pouco	0	2,27	18,18
Conheço totalmente	2,27	6,82	15,91
<b>Eu frequentemente me confundo ao utilizar/operar a PB.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	22,73	27,27
Conheço pouco	0	4,55	18,18
Conheço totalmente	2,27	4,55	15,91
<b>Eu considero a PB fácil de usar.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	25,00	31,82
Conheço pouco	0	2,27	15,91
Conheço totalmente	2,27	4,55	13,64
<b>Eu facilmente consigo inserir dados na PB.</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	22,73	29,55
Conheço pouco	0	4,55	15,91
Conheço totalmente	2,27	4,55	15,91
<b>A PB é adequada a minha área de pesquisa..</b>			
Desconheço ou conheço muito pouco	4,55	29,55	45,45
Conheço pouco	0	2,27	9,09
Conheço totalmente	2,27	0	6,82

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 15 - Plataforma Brasil - Pesquisa Financiada X Bolsista Produtividade

Plataforma Brasil	Pesquisa Financiada (%)		Bolsista Produtividade (%)	
	C/Finan.	S/Finan.	C/Bolsa	S/Bolsa
<b>É fácil acessar as informações no site do CEP</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	27,27	27,27	6,82	47,73
Conheço pouco	18,18	13,64	2,27	29,55
Conheço totalmente	6,82	6,82	0	13,64
<b>É fácil a elaboração dos documentos necessários a submissão dos projetos de pesquisa ao CEP.</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	29,55	31,82	6,82	54,55
Conheço pouco	15,91	9,09	2,27	22,73
Conheço totalmente	6,82	6,82	0	13,64
<b>Foi necessário muito tempo para eu aprender a utilizar/operar a Plataforma Brasil.</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	22,73	31,82	6,82	47,73
Conheço pouco	13,64	6,82	2,27	18,18
Conheço totalmente	15,91	9,09	0	25,00
<b>Eu frequentemente me confundo ao utilizar/operar a PB.</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	25,00	29,55	6,82	47,73
Conheço pouco	11,36	11,36	2,27	20,45
Conheço totalmente	15,91	6,82	0	22,73
<b>Eu considero a PB fácil de usar.</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	29,55	31,82	6,82	54,55
Conheço pouco	9,09	9,09	2,27	15,91
Conheço totalmente	13,64	6,82	0	20,45
<b>Eu facilmente consigo inserir dados na PB.</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	27,27	29,55	6,82	50,00
Conheço pouco	9,09	11,36	2,27	18,18
Conheço totalmente	15,91	6,82	0	22,73
<b>A PB é adequada a minha área de pesquisa..</b>				
Desconheço ou conheço muito pouco	6,82	72,73	6,82	72,73
Conheço pouco	2,27	9,09	2,27	9,09
Conheço totalmente	0	9,09	0	9,09

Fonte: Dados da pesquisa

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade envolvida continuamente em um complexo e instigante processo evolutivo tem entre inúmeras e marcantes características a insatisfação, e esta, a impulsiona em uma busca frenética de respostas que possibilitem enfrentar os desafios e obstáculos, buscando incessantemente melhores e mais fidedignas “Explicações de mundo” (MOREIRA, 2013).

Esta busca constante por respostas e soluções para um infinito e inesgotável conjunto de indagações e desafios, pode ser entendida como fazer “ciências” que, além da contribuição essencial da ciência assim como a concebemos tradicionalmente, engloba diversas e fundamentais correntes, tais como, a religião, a arte, a filosofia o senso comum entre outras. Apontadas como diferenciais decisivos entre a ciência e as demais explicações de mundo, o método e a metodologia são consideradas etapas, senão as mais importantes, certamente fundamentais para o processo científico.

Entretanto, como coloca (Masetto, 2006), para serem validadas e aceitas como pesquisas científicas estas indubitavelmente devem estar revestidas completamente pelo caráter ético. Estar revestida de caráter ético deve ser entendido como afirma (Motta, 1984) “agir segundo um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade que em vive, garantindo assim, o bem estar social”.

Acredito serem oportunas e pertinentes às colocações introdutórias no sentido de permitir ainda que de maneira sucinta, o resgate de conceitos e definições já visitados, os quais devido a exponencial relevância em relação aos temas abordados tronam-se leituras necessárias á apreensão e mensuração da real importância dos objetivos previamente determinados neste estudo.

Entre as inúmeras motivações e talvez a maior inspiração para a realização do estudo nasceu naturalmente da vivência diária, do acompanhamento da rotina dos que estão diuturnamente envolvidos nesta difícil missão de buscar o equilíbrio, muitas vezes praticamente inatingível, no atendimento das aspirações e necessidades dos pesquisadores, com as limitações impostas pelas normas legais vigentes, nas quais obrigatoriamente devem estar pautados, tanto os procedimentos administrativos quanto os pareceres dos avaliadores. Neste sentido, a pesquisa

buscou auscultar a opinião de docentes pesquisadores que atuam no Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, com a intenção de, conhecendo o perfil dos mesmos, apreender através das questões propostas não apenas o nível de conhecimento sobre os tópicos relativos aos conceitos de ética em pesquisa, como também, o grau de dificuldade e ou interesse em manusear, buscar informações em relação às ferramentas necessárias ao processo de submissão de projetos no CEP.

Como aspecto negativo do estudo, é necessário ressaltar o baixo retorno obtido em relação ao número de pesquisadores consultados, pois apenas 44, de um total de 143 docentes equivalentes a 30,76% da população alvo, aderiram à pesquisa. Como um dado preocupante obtido, através da análise das tabelas é de que a maioria dos docentes pesquisadores desconhece ou conhecem muito pouco sobre os aspectos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos e, mais de 60% dos respondentes acredita ser opcional a necessidade da aprovação do CEP para as pesquisas da área do CESH.

Neste sentido, os resultados do estudo vieram a corroborar com um dos objetivos específicos que visava, caso fosse confirmado à necessidade buscar subsídios para um programa institucional de divulgação e conscientização sobre ética em pesquisa e, promover a reflexão sobre as responsabilidades do pesquisador e exigências do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ATHANAZIO, R.A.; LEMOS, K.M.; FONSECA, D.C.; CUNHA, M.S.; BRAGHIROLI, M.I.; ALMEIDA, A.M.; NUÑEZ, G.R.; RAMOS, A.C.; BARBETTA, M.C.; BITENCOURT, A.G.; LORDELO, M.R.; ROCHA, I.M.; SOARES, A.S.; CERQUEIRA NEVES, N.; NERY FILHO, A. Acadêmica: um novo método de estudo continuado sobre ética médica e bioética. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 73-78, 2004.

BARBOSA, Adriana Silva. **Entraves e potencialidades dos comitês de ética em pesquisa (CEPS) das universidades estaduais da Bahia**. 2010. 184 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, BA.

BEAUCHAMP, T.; CHILDRESS, J.F. **Princípios de ética biomédica**. Barcelona: Masson, 1999.

BERTOMEU, M.J. Implicações filosóficas na reflexão: discurso e ação dos comitês de ética. **Bioética**, v. 3, p. 21-27, 1996.

BEAUCHAMP, Tom L. y Childress, James F., **Princípios de Ética Biomédica**, Cuarta - Edición, Masson, Barcelona, 1999

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **MANUAL operacional para comitês de ética em pesquisa**. 4.ed. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196/96, de 10 de outubro de 1996**. Disponível em: <http://www.ufsm.br/cep/>. Acesso em: 31 jan. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466/12, de 13 de junho de 2013**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

CANTO-SPERBER, M. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

CARVALHO, M. C. M. de, **Por uma Ética Ilustrada e Progressivista: Uma defesa do Utilitarismo** In: Manfredo (Org). **Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes 2ª Edição, 2001.

CELINO, D. Suely et al. **Conhecimento de docentes universitários sobre a atuação do comitê de ética em pesquisa**. *Revista Bioética*, v. 20, n. 3, 2012.

CENCI, A. V. **O que é ética? Elementos em torno de uma ética geral.** 3ª ed. Passo Fundo: A.V. Cenci, 2002.

CORTINA, Adela Orts; MARTÍNEZ, Emilio Navarro. **Ética.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 2009. 176 p.

COSTA, S. O desafio da ética em pesquisa e da bioética. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. **Ética em pesquisa:** temas globais. Brasília: Letras Livres/UnB, 2008. p. 25-52. (Coleção Ética em Pesquisa, 4).

DINIZ, D. E GUILHEM, D. **O que é bioética.** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005

DINIZ, D.; SUGAI, A. Ética em pesquisa: temas globais. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. **Ética em pesquisa:** temas globais. Brasília: Letras Livres/UnB, 2008. p. 9-24. (Coleção Ética em Pesquisa, 4).

FREITAS, C.B. Os comitês de ética em pesquisa: evolução e regulamentação. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Capacitação para comitês de ética em pesquisa.** Brasília, 2006. p. 160-165.

GAARDEN, Jostein. **O mundo de Sofia.** 4.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDIM, J.R. **Manual de iniciação à pesquisa em saúde.** 2.ed. Porto Alegre: Dacasa, 2000. 180 p.

GOLDENBERG, Mirian **A arte de pesquisar - Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** 8ª Edição - Editora Record Rio de Janeiro • SÃO PAULO, 2004

GOMES, J.C.M. O atual ensino da ética para os profissionais de saúde e seus reflexos no cotidiano do povo brasileiro. **Revista de Bioética,** Brasília, v. 4, n. 1, p. 53-64, 1996.

GRESSLER, L.A. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2004. 295 p.

GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. et al. Organizadores – **Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde:** Aderaldo & Rothschild. São Paulo, 2008

GUILHEM, D.; OLIVEIRA, M.L.C.; CARNEIRO, M.H.S. **Bioética, pesquisa envolvendo seres humanos.** R. bras. Cie Mov. 2005; 13(1): 117-123.



GUILHEM, D.; DINIZ, D. **O que é ética em pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 332).

HAIR JR., J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOSSNE, W.S. Pesquisa envolvendo seres humanos. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Capacitação para comitês de ética em pesquisa**. Brasília, 2006.

JONSEN, Albert R. The birth of bioethics. *Hastings Center Reports*, v. 23, n. 6, nov./dec., Special Supplement, p. S1-S4. 1993.

JUNGES, J.R. **Bioética: perspectivas e desafios**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

KANT. I. **Teorias Clássicas de: Disponível em: FLACSO – Curso: Introdução a La bioética y los Comitês de Ética 2008** Acessado em setembro de 2008.

KOTTOW, M. História da ética em pesquisa com seres humanos. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. **Ética em pesquisa: temas globais**. Brasília: Letras Livres/UnB, 2008. p. 53-86. (Coleção Ética em Pesquisa, 4).

LEÃO, H.M.C. A importância das teorias éticas na prática da bioética. **Maternal Infantil**, Recife, v. 10, n. 2, p. 427-432, 2010.

LUNA, F.; SALLES, A.L. **Un mundo complejo: nuevas reflexiones sobre temas. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/rosana16.htm#ixzz2PBllqEW>>**. Acesso em: 2008.

MACEDO, R. **Diretrizes éticas e pesquisas qualitativas em saúde**. *Rev. C.S.Col*,13 (2): 320-4,mar-abr.2008

MASETTO, M. T. Ética, compromisso e Competência. **Revista da PUC Viva. Ética em Pesquisa**, v. 7, n. 27, 2006.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 225 p.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOREIRA, R.M. In: FIOCRUZ. **Pesquisa em ciências sociais e humanas**. Rio de Janeiro-RJ: Fiocruz,2013.

MORI, M. A bioética: sua natureza e história. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Capacitação para comitês de ética em pesquisa**. Brasília, 2006.

MOTTA, Nair de Souza. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.

MUÑOZ, D.R. O ensino da ética médica nas faculdades de medicina do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 114-124, 2003.

NETO, A.V.J.; CORAT, C.C.; PASSINI, F.; MACCARI, I.P. **Bioética na pesquisa com seres humanos**: uma abordagem histórica. Disponível em: <[www.rc.unesp.br/biosfera/0057.php](http://www.rc.unesp.br/biosfera/0057.php)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

NEVES, Nedy Cerqueira. **Ética para os futuros médicos**: é possível ensinar? Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2006.

OLIVEIRA, Manfredo (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. **Comitê de ética em pesquisa no Brasil**: um estudo das representações sociais. Brasília: Universa, 2004. 171 p.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

RAMOS, F.P. **A ética na antiguidade**. **Para Entender a História**, v. 3, p. 1-12, 2012.

RAMOS, D. L. de P.; JUNQUEIRA, C. R., PUPLAKSIS, N. de V. **Benefícios da Avaliação Ética de Protocolos de Pesquisas Qualitativas** In: Guerreiro , I C. Z . et.al. Organizadores -**Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde**: Aderaldo& Rothschild. São Paulo, 2008

RESENDE, P.E.A. **Celebração da vida em pesquisa**. Revista da PUC Viva. Ética em Pesquisa, v. 7, n. 27, p. 6-10, 2006.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

Santos, J. M. **Leituras Contemporâneas da Ética de Kant**. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2009

SASSATELLI, Frei Marcos. **A história da ética**. Disponível em: <<http://www.edt.edu.br/textosgerais/Hist%C3%B3rico%20da%20%C3%89tica.df>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SHARAMM R. **“bioética pra quê”?** Revista Camiliana da Saúde Faculdade São Camilo, Brasil, julho-Dezembro.2002

SCHÜKLENK, U. Introdução à ética em pesquisa. In: DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce; SCHÜKLENK, Udo. **Ética em pesquisa**: experiência de treinamento em países sul-africanos. Brasília: LetrasLivres/UnB, 2005. p. 30-45.

SILVA, J.A.C.; TEIXEIRA, R.K.C.; GONÇALVES, T.B. **Experiência do comitê de ética em pesquisa de uma universidade pública brasileira**. Revista Bioética, Brasília, v. 20, n. 2, p. 360-366, 2012.

SPINELLI, M. **Filósofos pré-socráticos**: primeiros mestres da filosofia e da ciência grega. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TRINDADE, L.L. **Determinantes da propensão ao endividamento**: um estudo nas mulheres da mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense. 2009. 90 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

VAZ, Henrique C. D.L. **Escritos de Filosofia IV** – Introdução à Ética Filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999

VALLS, Álvaro L. M. **O QUE É ÉTICA**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 28.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WEIS, L.N.; MINATO, E.H.; FAGUNDES, R.B. et al. **O comitê de ética em pesquisa na Universidade Federal de Santa Maria**: um breve histórico. **Revista do HCPA**, v. 31, n. 3, p. 372-376, 2011.

ZANCAN, L.F. **Dilemas morais nas políticas de saúde**: o caso da AIDs. Uma aproximação a partir da bioética. 1999. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ. Impresso, v.20, p.123-134, 2010.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A –Termo de Confidencialidade**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do Projeto: ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E  
HUMANAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Pesquisador Responsável: Vitor Francisco Schuch Junior

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes do projeto, cujos dados serão coletados através de questionário. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em um armário na sala de número 1203, do departamento de administração do CCSH, por um período de cinco anos sob a responsabilidade do Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Junior. Após esse período os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria em sob o número do CAAE.

Santa Maria, 17 de dezembro de 2013.

---

Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Junior

**APÊNDICE B - Justificativa para a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
SOCIAIS E HUMANAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS  
Pesquisador Responsável: Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Junior

Título do Projeto: ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS:  
UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será encaminhado junto do questionário, o que se entende que ao responder ao questionário o participante estará aceitando fazer parte deste estudo.

Atenciosamente

**Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Junior**

**APÊNDICE C - Justificativa para a Dispensa da Autorização Institucional**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS  
Pesquisador Responsável: Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Junior

**JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DA AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Justificamos a não apresentação da Autorização Institucional, tendo em vista que a abordagem aos participantes se dará através de e-mail pessoal dos mesmos.

Atenciosamente

**Prof. Dr. Vitor Francisco Schuch Junior**

## APÊNDICE D – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética da UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

**Pesquisador:** VITOR FRANCISCO SCHUCH JÚNIOR

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 17377213.4.0000.5346

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 504.202

**Data da Relatoria:** 23/12/2013

#### Apresentação do Projeto:

Este trabalho tem como objetivos: Estudar a percepção dos docentes pesquisadores da área das Ciências Sociais e Humanas da UFSM sobre ética em pesquisa. Identificar a concepção dos docentes pesquisadores, da área, sobre Ética em Pesquisa com seres humanos; Identificar o conhecimento dos docentes pesquisadores, da área, sobre as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição e sobre a Plataforma Brasil; A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, com enfoque quantitativo. Conforme Sampieri et al. (2006), a pesquisa exploratória busca examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado. Metodologia: O método quantitativo, de acordo com Malhotra (2006), busca quantificar dados e generalizar os resultados da amostra para a população participante do estudo. O levantamento descritivo quantitativo de opiniões de pesquisadores sobre a problemática da ética na área das ciências sociais e humanas envolverá as seguintes variáveis: Concepção sobre em Ética com seres humanos; Concepção sobre a necessidade de aprovação do CEP na área do CESH; Interesse e facilidade na busca de Informações sobre ética em pesquisa. A população deste estudo será composta pelos docentes pesquisadores que atuam nos programas de Pós-Graduação da área das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, composta por 13 cursos de Pós-Graduação a seguir listados, conforme publicação no portal da UFSM, a saber: Doutorado em Administração;

**Endereço:** Av. Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria 2º andar

**Bairro:** Cidade Universitária - Camobi

**CEP:** 97.105-900

**UF:** RS

**Município:** SANTA MARIA

**Telefone:** (55)3220-9362

**E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 504.202

Doutorado em Comunicação; Doutorado em Filosofia; Mestrado em Administração; Mestrado em Ciências Sociais; Mestrado em Comunicação; Mestrado em Direito; Mestrado em Filosofia; Mestrado em História Mestrado em Psicologia; Mestrado Profissionalizante em Gestão de Organizações Públicas; Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural e Especialização em História do Brasil. Sendo assim, a pesquisa envolverá um total de 143 docentes pesquisadores. O levantamento será do tipo censitário, pois será aplicado a todos os docentes dos cursos referidos acima. Instrumentos utilizado para a coleta e levantamento dos dados será um questionário, que além da apresentação inicial, é estruturado em três partes: a primeira refere-se às concepções e busca informações sobre o primeiro objetivo específico. A segunda parte, refere-se aos conhecimentos sobre Ética em Pesquisa na Área e sobre o Comitê de Ética da Instituição, sobre a forma de um quadro com itens e graus de concordância numa escala Likert e refere-se ao segundo objetivo específico. A terceira refere-se ao perfil do docente pesquisador e busca informações para viabilizar o terceiro objetivo específico.

**Objetivo da Pesquisa:**

Estudar a percepção dos docentes pesquisadores da área das Ciências Sociais e Humanas da UFSM sobre ética em pesquisa

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

adequados para o tipo de pesquisa

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

pesquisa bem estruturada e com metodologia adequada.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

adequados

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

aprovar

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Endereço:** Av. Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria 2º andar

**Bairro:** Cidade Universitária - Camobi **CEP:** 97.105-900

**UF:** RS **Município:** SANTA MARIA

**Telefone:** (55)3220-9362

**E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 504.202

SANTA MARIA, 22 de Dezembro de 2013

---

**Assinador por:**  
**Félix Alexandre Antunes Soares**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria 2º andar

**Bairro:** Cidade Universitária - Camobi

**CEP:** 97.105-900

**UF:** RS

**Município:** SANTA MARIA

**Telefone:** (55)3220-9362

**E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

## APÊNDICE E – Modelo de Questionário aplicado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Pesquisador Responsável: Vitor Francisco Schuch Junior

Mestranda: Elaide T. Hundertmarck Minato

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Prezado(a) Professor (a), você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar a percepção dos docentes do Centro de Ciências Sociais e Humanas em relação à ética na pesquisa. Sua participação é voluntária e consistirá em responder um questionário enviado por e-mail. Esta pesquisa não caracteriza como sendo pesquisa que lhe cause danos físicos ou morais. No entanto, você poderá sentir desconforto ao responder alguma pergunta. Se isto acontecer, você poderá deixar de responder a esta pergunta, sem nenhum prejuízo pra você. Esta pesquisa também não apresenta benefícios diretos a você. Ao participar desta pesquisa você não será identificado, permanecendo em anonimato. Você pode solicitar esclarecimento antes, durante e depois da participação na pesquisa. Tais esclarecimentos podem ser obtidos com os pesquisadores através dos telefones: (55) 84223339 (55) 91311089

#### 1. Concepção sobre ética em pesquisa com seres humanos:

- ( ) - Importante para proteger a mim e os sujeitos da pesquisa.
- ( ) - Importante para atender as exigências institucionais e de editores de periódicos científicos.
- ( ) - Não tenho clareza sobre a sua importância em minha área de interesse.
- ( ) - Não acho importante além das questões relacionadas a cientificidade e honestidade do pesquisador.

#### 2. Concepção sobre a necessidade da aprovação do CEP na área do CESH.

- ( ) - Necessária na área do CESH
- ( ) - Opcional na área do CESH

#### 3. Interesse e facilidade na busca de informações sobre ética em pesquisa.

- Busquei e consegui com facilidade as informações necessárias sobre ética em pesquisa.
- Busquei e não consegui com facilidade as informações necessárias sobre ética em pesquisa.
- Nunca tive interesse em buscar informações sobre ética em pesquisa.

<b>Marque com um “X” conforme sua opinião, de acordo com a escala ao lado:</b>	<b>Desconheço ou Conheço muito Pouco</b>	<b>Conheço Pouco</b>	<b>Conheço Totalmente</b>
4. Aspectos éticos fundamentais da Pesquisa			
5. Exigências das Pesquisas envolvendo seres humanos			
6. Itens obrigatórios do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido			
7. Documentos obrigatórios do Protocolo de Pesquisa.			
8. Atribuições do CEP			
9. Atribuições da CONEP			
10. Responsabilidade do pesquisador na operacionalização da pesquisa.			
11. Categorias de pareceres.			
12. Riscos e benefícios envolvidos nas pesquisas com seres humanos.			
13. Em termos gerais, qual seu nível de conhecimento sobre a resolução 196/96			
<b>Marque com um “X” conforme sua opinião, de acordo com a escala ao lado:</b>	<b>Desconheço ou Conheço muito Pouco</b>	<b>Conheço Pouco</b>	<b>Conheço Totalmente</b>
14. É fácil acessar as informações no site do CEP			
15. É fácil a elaboração dos documentos necessários a submissão dos projetos de pesquisa ao CEP			
16. Foi necessário muito tempo para eu aprender a utilizar/operar a PB			
17. Eu frequentemente me confundo ao utilizar/operar a PB.			
18. Eu considero a PB fácil de usar.			
19. Eu facilmente consigo inserir dados na PB.			
20. A PB é adequada a minha área de pesquisa.			

### PERFIL

#### 1. Gênero

1.1. ( ) Masculino      1.2. ( ) Feminino

2. Idade \_\_\_\_\_ anos

3. Estado Civil \_\_\_\_\_

4. É bolsista produtividade CNPq?

( ) Não      ( ) Sim: Nível ? \_\_\_\_\_

5. Possui projetos de pesquisa com financiamento externo (CNPq, FAPERGS, entre outros) ?

( ) Não      ( ) Sim: Quantos ? \_\_\_\_\_

6. Participa de grupo de pesquisa de outras instituições?

( ) Não ( ) Sim: Quantos? \_\_\_\_\_

7. É líder de grupo de pesquisa cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq?

( ) Não ( ) Sim: Quantos? \_\_\_\_\_

8. Há quanto tempo você trabalha com projeto de pesquisa? \_\_\_\_\_ anos.

9. Quantas horas semanais você dedica aos seus projetos de pesquisa? \_\_\_\_\_ horas

10. Quantos participantes estão envolvidos no seu (s) grupo(s) de pesquisa? Preencha o quadro

Envolvidos	Quantidade	Envolvidos	Quantidade